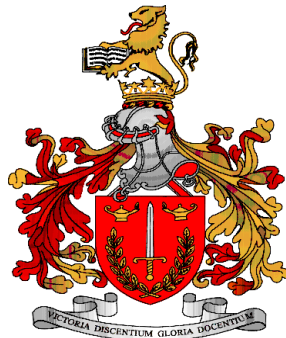


INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



JOSÉ PEDRO RODRIGUES ROCHA

ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA - XXIV CFOP

Trabalho de Projeto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais

MOVIMENTOS SOCIAIS:

Movimento social ATTAC Portugal

ORIENTADOR

MESTRE SÉRGIO FELGUEIRAS

Lisboa, 26 de Abril de 2012



JOSÉ PEDRO RODRIGUES ROCHA
ASPIRANTE A OFICIAL DE POLÍCIA - XXIV CFOP

MOVIMENTOS SOCIAIS:
Movimento social ATTAC Portugal

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Mestre Sérgio Felgueiras.

Às pessoas mais importantes
da minha vida...

Agradecimentos

Chegou a altura de elogiar as pessoas que contribuíram de algum modo para a minha formação fora e dentro da PSP.

A primeira palavra vai para os meus orientadores. Agradeço ao Mestre Sérgio Felgueiras pelos conselhos apurados, pela ajuda e capacidade crítica. De igual modo estou grato à Prof. Doutora Lúcia Pais pelo incansável acompanhamento e dedicação a este trabalho e a forma sábia como me orientou na demanda que resultou nesta dissertação, aos dois, um merecido muito obrigado!

A todas as pessoas que ajudaram na minha formação e que de alguma forma contribuíram para tornar-me no homem que sou.

A todas as escolas por onde passei, em especial ao ISCPSI, pela formação nestes cinco anos. Aos oficiais, chefes, agentes e docentes que fazem parte desta casa e que de alguma forma ajudaram-me a crescer.

Aos camaradas que já passaram e aos que ainda estão no ISCPSI.

Ao meu curso, 24º CFOP, por tudo o que passámos, particularmente ao 407 e 416!

A ti Mariana, por todos os momentos, e pelo que significas para mim...

A toda a minha família, pelo grande apoio demonstrado durante estes cinco anos. Aos meus irmãos pelo afeto demonstrado e pelas nossas brincadeiras. Para os meus pais é mais fácil escrever um muito obrigado por TUDO!

A todos vós, um muito obrigado!

Resumo

Os estudos sobre movimentos sociais têm vindo a aumentar nas últimas décadas. Com o deterioramento da situação financeira dos portugueses, os movimentos sociais apresentam-se como uma forma de ação para os cidadãos protestarem e apresentarem as suas reivindicações. Os movimentos sociais visam a mudança ou manutenção de uma realidade, acolhendo pessoas com diferentes motivações e intenções, que originam formas de ação que têm como fim a solução dos seus problemas. Para a polícia é imperativo perceber como funciona este fenómeno. Portanto, em relação aos movimentos sociais torna-se vital perceber quais os seus diferentes projetos, repertórios de ação, que tipo de recursos têm disponíveis, quais os seus ideais e as condições envolventes. Tentámos também perceber como é que os cidadãos participam nos movimentos, de modo a que haja uma adequação da conduta policial. Por conseguinte, desenvolveu-se um estudo exploratório, no qual o seu objeto é o movimento social ATTAC Portugal. Utiliza-se assim uma abordagem qualitativa de forma a analisar o conteúdo da informação que se encontra acessível em fontes abertas, para deste modo caracterizar o ATTAC. Este estudo procura dotar a polícia de um conhecimento mais profundo sobre os movimentos sociais.

Palavras-chave: movimentos sociais; ATTAC; protesto; polícia.

Abstract

The studies of social movements have been increasing in recent decades. With the deterioration of the financial condition of Portuguese people, social movements present themselves as a form of action for citizens to protest and present their claims. Social movements seek to change or maintain the social reality, welcoming people with different motivations and intentions, which originate forms of action that forsake the solution to their problems. For the police it's imperative to understand how this phenomenon works. Therefore, in relation to social movements it is vital to know which are their different projects, repertoires of action, what kind of resources are available, which are their ideals and surrounding conditions. We also want to understand how citizens participate in the movements, so that the police can adapt their protocols. Therefore, we developed an exploratory study about the social movement ATTAC Portugal. It was used a qualitative approach in order to analyze the content available in open sources, to thereby characterize ATTAC. This study seeks to provide the police with a deeper understanding of social movements.

Keywords: social movements; ATTAC; protest; police.

Índice

Índice de Anexos.....	VI
Introdução.....	1
I. Resenha sobre o estudo dos movimento sociais	4
1. Génova 2001	4
2. Abordagem às teorias explicativas dos movimentos sociais.....	5
2.1. Teoria das oportunidades políticas.....	6
2.2. Teoria da mobilização de recursos.....	11
2.3. Teoria do processo de enquadramento cultural.....	16
2.4. Confluência das teorias expostas	23
3. Definição de movimento social	26
4. Exposição sobre o ATTAC.....	28
5. A polícia e a sua interação com os movimentos sociais.....	30
6. Problema de investigação	34
II. Método	36
1. Abordagem qualitativa	36
2. Corpus.....	36
3. Instrumento.....	37
4. Procedimento.....	39
III. Apresentação e discussão de resultados.....	41
1. Apresentação de resultados	41
1.1. Oportunidades políticas.....	41
1.2. Mobilização de recursos.....	46
1.3. Processo de enquadramento cultural.....	51
2. Discussão dos resultados	55
IV. Conclusão	57
Referências bibliográficas	61
ANEXOS	69

Índice de Anexos

ANEXO 1. Estatutos	70
ANEXO 2. Programa de ação	77
ANEXO 3. Quadro categorial	81
ANEXO 4. Corpos Sociais.....	85

Introdução

A cimeira da NATO, realizada em Novembro de 2010, na cidade de Lisboa, foi o ponto de partida para este estudo exploratório. Volvidos dezoito meses da cimeira a situação política, económica e social do país encontra-se numa conjuntura difícil, a sociedade em geral vê-se sem capacidade de responder a esta crise e a instabilidade das vidas torna-se mais evidente. As tensões sociais e o sentimento de injustiça aumentam sendo normal que os movimentos sociais intensifiquem a sua ação perante a sociedade, logo o conhecimento detalhado desses movimentos sociais resulta numa mais-valia para a Polícia de Segurança Pública.

A origem dos movimentos sociais data do século XVIII, tendo estes surgido na Europa Ocidental e na América do Norte (Tilly & Wood, 2009). Segundo Tilly e Wood (2009), o surgimento dos movimentos sociais deve-se à síntese de três elementos: (1) um esforço público de apresentar às autoridades as suas reivindicações; (2) o emprego de ações políticas tais como a criação de associações, organizações e coligações, reuniões públicas, distribuição de panfletos, vigílias, entre outras formas, ou seja, o repertório; e (3) a concertação de participantes em representações públicas, tendo como sigla WUNC (mérito, unidade, números e compromisso). Os autores referidos acreditam que o WUNC veio dar o mote para o surgimento dos movimentos sociais, isto porque, no século XVIII, já eram apresentadas reivindicações aos soberanos e também já havia um repertório para ações políticas. O que não existia de facto era um cruzamento entre estes dois elementos com um novo elemento, o denominado WUNC.

A partir do século XVIII, o emprego do termo movimento social, introduzido pela primeira vez numa obra do alemão Lorenz von Stein em 1850, massifica-se e ao mesmo tempo os movimentos sociais multiplicam-se. O estudo sobre este fenómeno também aumenta e surgem, com o decorrer do tempo, inúmeras teorias explicativas sobre os movimentos.

Figuras incontornáveis tais como Karl Marx, Émile Durkheim, Max Weber e Neil Smelser desenvolveram teorias que vigoraram durante muito tempo, mas o estudo sobre os movimentos sociais foi contínuo e, por volta dos anos sessenta do século passado, deu-se uma mudança no paradigma do estudo dos movimentos sociais e revoluções. “Alimentados pela turbulência dos anos sessenta e setenta, especialistas tais como Peter Eisinger, Charles Tilly, William Gamson, John McCarthy e Mayer Zald, rejeitaram a perspetiva clássica do

comportamento coletivo a favor de uma visão política mais explícita dos movimentos sociais” (Marks & McAdam, 1996, p.250). É nesta altura que começam a surgir algumas das teorias que vigoram na atualidade e que têm servido de objeto de debate nas últimas décadas.

O nosso trabalho foca-se concretamente num modelo teórico composto pelas teorias: das oportunidades políticas, da mobilização de recursos e do processo de enquadramento cultural (McAdam, McCarthy & Zald, 1996). Este modelo é, na nossa perspetiva, o mais atual e consistente sobre os movimentos sociais.

Dentro desta temática é importante perceber como as pessoas se tornam ativistas de alguns movimentos. Especialistas no estudo dos movimentos sociais têm-se debruçado na investigação de dois aspetos de grande interesse: como motivar pessoas para integrarem o movimento social e como utilizar esta ação coletiva para conseguir originar mudança social (Louis, 2009). Segundo Zackariasson (2009), a escolha de manifestar-se através de movimentos sociais depende dos sentimentos das pessoas, ou seja, de como o tipo de situação que os rodeia influencia a sua vida, isso levará à escolha de um movimento social que melhor se adegue ao tipo de sentimento que existe nas mesmas. Contudo é importante que os movimentos sociais possuam uma identidade bem definida e que consigam reconhecer quem são ou não os seus membros, para que essa identidade se mantenha coerente, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência política que defina e analise os seus interesses convenientemente (Bernstein, 2005).

Simon, Trotschel e Danhe (2008) afirmam que a identidade coletiva pode ser vista como a causa, que induz para a ação coletiva, ou a razão que atrai as pessoas para a participação coletiva. Outro fator que se coaduna com o sentimento que a sociedade vive é a perceção que a mesma tem sobre os acontecimentos que provocam a agitação social. van Stekenlenburg, Klandermans e van Dijk (2009) afirmam que o contexto é importante na medida em que revela o descontentamento sentido pelos cidadãos, mas mais importante do que isso é o contexto em que estão inseridos quando manifestam a sua insatisfação. Isto porque uma determinada manifestação composta por diferentes movimentos sociais pode ser mais suscetível de causar descatos do que outra. E às polícias, nomeadamente à Polícia de Segurança Pública (PSP) exige-se o acompanhamento destes eventos. Desta forma, os estudos que se direcionem para esta temática capacitarão esta instituição de maior conhecimento empírico sobre o fenómeno, possibilitando uma atuação firme, mais eficaz e eficiente no controlo destes acontecimentos.

Este trabalho exploratório visa a compreensão dos movimentos sociais, incidindo sobre o movimento social ATTAC Portugal, estando estruturado em quatro partes.

A primeira parte deste trabalho compreende o enquadramento teórico do problema de investigação, onde é feita uma pequena contextualização recorrendo aos incidentes de Génova em 2001, com vista a introduzir o tema dos movimentos sociais. De seguida, abordámos algumas teorias dos movimentos sociais, direcionando o nosso estudo para aquelas que acreditámos serem mais apuradas para explicarem o modelo teórico que assenta na nossa temática. Posto isto, abordamos em primeiro lugar a teoria das oportunidades políticas, de seguida a teoria da mobilização de recursos e por fim a teoria do processo de enquadramento cultural. No final do estudo destas três teorias, confluímos a informação dessas para justificar o modelo teórico que entendemos ser o mais preciso para explicar a forma como os movimentos atuam, interagem, mobilizam, recrutam, entre outros aspetos. Depois de efetuarmos o estudo sobre estas teorias, desenvolvemos uma definição de movimento social. Recorremos a diversas definições de autores conceituados, deste modo pretendemos elaborar uma definição atual e explicativa do modelo teórico estudado e também direcionar a mesma para o tema central do nosso trabalho, o ATTAC. Sobre este movimento social foi elaborada uma pequena descrição na sequência da definição anterior. O passo seguinte consiste na relação entre a polícia e os movimentos sociais, neste ponto procuramos explanar as situações mais comuns onde ambos interagem e como é que o fazem, antevendo as principais complicações que surgem. Para terminar esta primeira parte procedeu-se à feitura do problema de investigação, onde são apresentados os principais objetivos deste estudo.

A segunda parte é composta pelo método utilizado. Neste capítulo explanamos o instrumento de análise utilizado, a abordagem qualitativa, o *corpus* analisado e o procedimento utilizado nesta investigação.

Na terceira parte fazemos a apresentação e discussão dos resultados obtidos. Aqui procurou-se compreender, se o *corpus* analisado sobre o ATTAC é convergente com o quadro de análise de conteúdo, e até que ponto o nosso estudo foi bem desenvolvido. Pretendeu-se também verificar se as opções tomadas foram as mais acertadas dentro desta temática.

Por fim, na quarta parte, dá-se a apresentação de conclusões conforme os resultados obtidos no terceiro capítulo, fazendo referência ao enquadramento teórico.

I. Resenha sobre o estudo dos movimentos sociais

1. Génova 2001

A reunião do G8, em Julho de 2001 que teve lugar em Génova, ficou marcada pelos protestos violentos de diversos movimentos antiglobalização. Estes protestantes incendiaram inúmeros carros para impedir a passagem dos presidentes e primeiros-ministros do G8. Durante dois dias de confrontos mais de um milhar de civis ficaram feridos, tendo a polícia italiana usado mais de seis mil granadas de gás lacrimogéneo. Há o registo de duas mortes, uma em plena zona de confrontos e outra numa tentativa de penetrar a fronteira italiana.

O governo italiano suspendeu o acordo de Schengen pelo período de dez dias e cerca de dois mil e cem ativistas de diversos movimentos foram impedidos de entrar em território italiano (D. Waddington, 2007). Em Génova foram criados dois perímetros de segurança às instalações onde decorreria a reunião, tendo ocorrido algumas detenções de ativistas de diversos movimentos sociais, por tentarem entrar naquela zona reservada (retirado de <http://www.amnesty.org/en/library/asset/EUR30/012/2001/en/7c6433ec-d8b3-11dd-ad8c-f3d4445c118e/eur300122001en.html> consultado a 23/12/2011).

Os manifestantes acusaram a polícia de violência excessiva e de não permitir que os mesmos usassem do direito de se manifestar pacificamente. Os protestantes não viam legitimidade alguma nos líderes do G8 em traçar o destino do planeta, implementando as suas leis. Por sua vez a polícia e diversos políticos contestaram a posição dos ativistas afirmando que o impedimento de uma reunião do G8 não se trata de uma manifestação de cariz pacífico (retirado de <http://www.amnesty.org/en/library/asset/EUR30/012/2001/en/7c6433ec-d8b3-11dd-ad8c-f3d4445c118e/eur300122001en.html> consultado a 23/12/2011).

Eventos como este decorrem várias vezes ao ano em países distintos, e os movimentos sociais estão sempre presentes para deixar a sua marca e lutarem pelos seus propósitos. Na maioria das situações utilizam meios não convencionais como manifestações pacíficas, mas o seu repertório não se resume a estas. Existe uma grande estrutura por detrás de cada movimento que envolve a sua mobilização, a obtenção de recursos humanos e materiais, a perceção e criação de oportunidades políticas e também, a conceção de uma ideologia e um enquadramento cultural que formarão a estrutura basilar do movimento social.

Será na abordagem das teorias empíricas que existem sobre o estudo dos movimentos sociais que nos debruçaremos para justificar e explicar como nascem, funcionam, atuam e trabalham os movimentos.

2. Abordagem às teorias explicativas dos movimentos sociais

O nosso estudo tem como base os movimentos sociais, logo é necessário defini-los, compreendê-los e saber como funcionam. Conforme os estudos contemporâneos feitos até então, iremos focar as teorias dos movimentos sociais coetâneas mais relevantes e que na nossa perspectiva são mais importantes. Subsistem diversas teorias nos estudos empíricos sobre movimentos sociais. Algumas dessas teorias já estão ultrapassadas, outras procuram o seu lugar no meio das que têm maior visibilidade e aplicabilidade. De entre um conjunto vasto de teorias, estudamos brevemente algumas, tais como: a teoria da ação coletiva; a teoria dos novos movimentos sociais (NMS); a teoria da tensão social; a teoria da identidade coletiva; a teoria da racionalidade instrumental; a teoria das oportunidades políticas; a teoria da mobilização de recursos; e a teoria do processo de enquadramento cultural.

No início do nosso trabalho estudarmos estas teorias de um modo sucinto, e então optamos pelas três últimas teorias. A nossa escolha em abordar estas teorias sustenta-se da seguinte forma: a bibliografia consultada aponta para um número elevado de teorias com lacunas, logo percebemos que uma só teoria não iria explicar a dinâmica de um movimento; a partir deste ponto tentamos confluir teorias para obtermos algum sustento teórico; algumas das teorias estão demasiado direcionadas para um tipo movimento e oferecem demasiadas falhas, se as utilizarmos com outros tipos de movimentos; outras teorias põem de parte fatores que consideramos importantes; alguns trabalhos consultados tinham como estudo a junção destas teorias que mais tarde selecionamos; dentro de todas estas nuances conseguimos encontrar suporte para o nosso trabalho nas três teorias que, a nosso ver, são mais explícitas e abrangentes em relação à temática dos movimentos sociais.

Posto isto, iremos analisar cada uma das três teorias e retirar o que cremos ser mais útil para conseguirmos explicar o porque da mobilização, como se mobilizam, como é que surgem essas oportunidades e essa intenção, e como é que o meio pode influenciar neste processo.

2.1. Teoria das oportunidades políticas

Muitas concepções do passado sobre a teoria das oportunidades políticas abarcam inúmeras oportunidades, este número elevado de definições tornaram vulgar, este conceito, que é extremamente importante definir com precisão. Gamson e Meyer (2004) defendem que a estrutura de oportunidade política está em risco de se tornar uma esponja, que absorve todos os aspetos do ambiente do movimento social. Estes autores falam ainda da necessidade de operacionalizar este conceito e especificar os modelos da oportunidade política. Kriesi (1996) propõe uma definição de oportunidade política que se restringe aos aspetos em que um sistema político condiciona o desenvolvimento do movimento autónomo, isto no que concerne à ação intencional dos atores envolvidos. Logo “isto não implica que a estrutura da oportunidade política seja constante” (Kriesi, 1996, p.168), pode variar no tempo devido aos fatores que não estão sob o controlo dos atores envolvidos ou ainda por consequência das ações intencionais que desenvolvem.

A ideia defendida por Kriesi (1996) é a de que os atores não podem prever que mudanças vão ocorrer nas oportunidades políticas no momento em que se propõem para a ação coletiva, o que acontece é que tomam a estrutura da oportunidade política como dada e fazem um planeamento a curto-prazo, tentando assim facilitar a perceção da oportunidade política.

Nós entendemos que oportunidades políticas são todo o tipo de ocasiões que surgem ou são criadas possibilitando uma ação. Estas oportunidades podem servir de suporte para a criação de um movimento social, ou, numa fase mais avançada, permitir que o movimento atue dentro do que são as suas ideologias. A teoria das oportunidades políticas consiste na premissa de que os fatores exógenos podem aumentar ou diminuir: as perspetivas de mobilização; alguns tipos de reivindicações; condicionar estratégias específicas de influências que são exercidas; e afetar os movimentos nas políticas institucionais adotadas e nas políticas de ação (Meyer e Debra, 2004).

Kriesi (1996) vai mais além e propõe a destrição entre três grandes grupos de propriedades do sistema político: a sua estrutura formal; os seus procedimentos informais e estratégia adotada no que concerne aos adversários; e, a configuração do poder para o confronto com os adversários. Segundo o autor, as duas primeiras dão a configuração geral para a ação coletiva e restringem as configurações do poder. Com isto especifica-se as estratégias «das autoridades» ou «membros do sistema» no que concerne à mobilização dos adversários. Combinando estas duas com a configuração do poder, temos que estas

estratégias definem a extensão em que as ações dos adversários serão facilitadas pelos membros do sistemas, as probabilidades de sucesso que essas ações podem alcançar e as probabilidades de sucesso se essas ações não se concretizarem, podendo ser positivas se se tratar de um governo a favor de mudanças, ou negativas se estivermos perante um governo hostil para o movimento.

McAdam (1996, p.24) debruça-se sobre as oportunidades políticas, identificando os aspetos importantes que devem ser seguidos no estudo desta teoria sendo eles os seguintes: “(1) oportunidades políticas versus outros tipos de oportunidades, (2) a dimensão que compõe a estrutura da oportunidade política, e (3) as diversas variáveis diferentes à qual o conceito tem sido aplicado” (McAdam, 1996, p.24). É a partir destes aspetos que o estudo sobre as oportunidades políticas deve ser conduzido, para ser congruente com as correntes contemporâneas e dar um salto qualitativo na definição de oportunidade política.

Para McAdam (1996), a maioria dos trabalhos realizados pelos especialistas americanos, procura dar resposta ao surgimento de movimentos sociais com base nas mudanças da estrutura institucional ou das relações informais conforme a orientação política que está no poder. Este mesmo autor defende que, mais recentemente, especialistas europeus procuram inteirarem-se das diferenças transnacionais em termos de estrutura, extensão e sucesso alcançado, comparando entre movimentos sociais que estão inseridos em diversos contextos políticos. Os americanos tentaram produzir um histórico de estudos detalhados de movimentos individuais ou de ciclos de protesto. No segundo caso, os europeus inspiraram-se nas diferenças entre os movimentos transnacionais que estão inseridos em diferentes contextos políticos. Quer os americanos quer os europeus guiaram-se pelas mesmas convicções: os movimentos sociais e as revoluções moldam-se de uma forma particular, conforme as oportunidades e os constrangimentos que existem num determinado contexto político (McAdam et al., 1996).

O tipo de política praticada num determinado país influencia diretamente a génese da oportunidade e inclusive a construção do próprio movimento. Conforme indicam McAdam et al. (1996) existem quatro pontos que têm que ser abordados para esclarecer a função da oportunidade política no sucesso ou fracasso de um movimento: (1) haver ou não abertura por parte do sistema político institucionalizado; (2) estabilidade de um amplo conjunto de alinhamentos de elite que normalmente sustenta uma política; (3) presença de aliados de elite; e, (4) capacidade e propensão do Estado para a repressão. Estes pontos focam a possibilidade de haver interação com as decisões políticas. Logo, por haver uma grande

rede de interação, “os movimentos sociais movem-se no seio de um campo organizativo e interatuam com vários outros atores” (Bessa, 2002, p.141) dando azo a pressões que condicionam a sociedade a um determinado objetivo. Por exemplo aquando de referendos, o movimento atua de forma a influenciar a sociedade, conforme as suas orientações e leva a mesma a enveredar por um caminho em detrimento de outro.

A influência intensifica-se se houver uma descentralização do poder político; conforme seja possível exercer decisões ao nível local, maior é a capacidade e probabilidade de sucesso por parte do movimento, uma vez que há uma rede maior de poder político capaz de sofrer a influência. Outra característica importante é a repressão do Estado; havendo uma grande capacidade e propensão repressiva a influência não é tão facilmente exercida, logo a tarefa do movimento social é mais complicada e consequentemente menos eficaz. della Porta e Diani (1999) acrescentam outras características importantes, relacionadas com os sistemas de alianças e sistema de conflito. Os primeiros apoiam o movimento e auxiliam nos recursos e criam oportunidades políticas, ao passo que o segundo atua de forma contrária.

Os movimentos sociais caracterizam-se por utilizarem uma participação política direta ou não convencional que, segundo Dalton (1988), pode materializar-se nas seguintes situações: danificar bens materiais; tomar parte em manifestações pacíficas; escrever a um jornal; aderir a um boicote; utilizar a violência contra pessoas; ocupar edifícios; participar numa greve; fazer um *sit-in*; bloquear o trânsito; assinar uma petição. Estas são as formas mais utilizadas pelos movimentos para passarem a sua mensagem e marcarem a sua presença. A qualquer uma delas está inerente uma oportunidade que dará forma ao seu protesto e à passagem para o público ou para a sociedade da sua identidade, convicções e objetivos como organização.

O tipo de protesto adotado por um movimento social está diretamente relacionado com o tipo de Estado, se estivermos perante um regime ditatorial o protesto tende a ser mais violento e também reprimido de forma mais severa, se o Estado for mais permissivo o protesto tende a ser mais pacífico. Isto não inviabiliza que possam ocorrer manifestações violentas em Estados permissivos nem manifestações pacíficas em Estados ditatoriais mas é uma tendência que tem que ser tomada em conta.

Tarrow (1998) vem introduzir um conceito importante no âmbito das participações políticas, os ciclos de protestos, que surgem quando os atores dos movimentos sociais percebem que o sistema político está debilitado e que a consequente mobilização para o protesto tem no seu horizonte um sucesso possível, pois vários interessados aproveitam

estas oportunidades para agirem. Por ciclos de protesto, Tarrow (1998) afirma que é uma fase intensa em conflitos no sistema social, originando uma rápida difusão da ação coletiva.

Logo, é possível afirmar que as diferentes oportunidades darão diferentes possibilidades de sucesso, o que à partida condiciona o movimento. A própria criação ou consolidação do movimento está em causa; assim, “o tipo de oportunidade pode ditar amplamente a categoria do movimento, mas as propriedades formais e ideológicas do movimento estão mais à mercê de serem influenciadas, diretamente, pela organização formal e pelos modelos ideológicos disponíveis para os insurgentes” (McAdam et al., 1996, p.11).

McAdam (1996) explica que alguns movimentos criam as suas próprias oportunidades políticas, e fazem com que as estruturas políticas mudem e implementem muitas das ideias que derivaram da ação coletiva dos movimentos. Noutra linha de ideias o autor defende que os movimentos *spin-off* não necessitam de uma influência política para a sua ascensão. A génese destes movimentos ocorre durante ciclos de protesto, ou até no fim destes ciclos não necessitando então de uma oportunidade política. Encontramos casos, nas décadas de 60 e 70 do século XX, nos Estados Unidos e na Alemanha, de movimentos pelos direitos civis, de movimentos pelos direitos das mulheres, de movimentos de estudantes, que provam esta afirmação. Isto porque os movimentos podem ser criados num determinado país, mas o seu desenvolvimento e consolidação acontece noutro país (McAdam, 1996).

Nesta sequência de ideias, passamos para uma temática que abrange as oportunidades políticas, os movimentos transnacionais. Estes, segundo Tarrow (1996; 2006), começaram por expandir-se timidamente, através da comunicação social impressa no século XVIII, provocando pequenas revoltas e manifestações em alguns Estados. Alguns movimentos tornaram-se transnacionais devido à causa que defendiam, esta era identificada em muitos países como uma possível solução para a situação social em que se encontravam. Exemplo disso é a abolição da escravatura. Até meados do século XX os movimentos transnacionais possuíam índole religiosa ou uma forte componente étnica, a partir dessa altura começaram a divergir com outras raízes.

Consequentemente é necessário visualizar os movimentos sob um prisma global, Cohen (1998) aponta cinco aspetos que explicam o porquê de estes terem que ser vistos por esse prisma global. O primeiro ponto está associado à consciencialização por parte dos movimentos, de que as suas causas têm uma aplicação global e dessa forma a mensagem

tem mais propensão para o sucesso. O segundo aspeto está relacionado com o bem comum que está dependente de uma concordância global, nomeadamente nas situações ambientais, tais como o efeito de estufa, o buraco na camada do ozono, a emissão de gases poluentes, entre outros. O terceiro aspeto é relativo à economia global e à rede de comunicação global, que proporciona uma ferramenta útil para a difusão de diretrizes entre os ativistas dos movimentos, permite a passagem da mensagem para o público-alvo, e facilita a captação de novos membros. O quarto ponto está associado à oposição exercida pelos movimentos às empresas que também são transnacionais. O último ponto aborda os países com políticas autoritárias, em que a população passa fome e vive em condições precárias e, dessa forma, esses cidadãos sentem a necessidade de se ligar a estes movimentos para tentarem mudar alguma coisa nos seus países.

Nos fins do século XX e no início do século XXI pudemos testemunhar uma enorme avalanche de movimentos transnacionais, que aproveitavam as novas tecnologias para expandirem o seu movimento e difundir as suas mensagens, como exemplos temos o ATTAC, a GREENPEACE, o WRI entre outros. De acordo com della Porta e Tarrow (2005) os movimentos transnacionais começaram a sua propagação mundial conforme os países se tornaram mais democráticos e mais tolerantes há existências destes. Como consequência, os movimentos deixaram de ter como prioridade a sua subsistência e legalidade e centraram-se noutras temáticas que se enquadram na sua ideologia, dando azo a uma luta cada vez mais global.

Porém existem críticas à teoria das oportunidades políticas, por isso achamos por bem identificá-las. Bessa (2002, p.283) argumenta que “sobressai a acusação de reducionismo político, por esgotar no tipo de funcionamento do sistema político e nas condições do ambiente político envolvente às oportunidades de intervenção ou de desmobilização dos movimentos sociais”, ocorrendo assim uma depreciação em relação às outras variáveis que também são importantes para as decisões do envolvimento coletivo.

Outro ponto crítico é não definir convenientemente o que são oportunidades deixando isso para “a avaliação, expectativas e ponderação racional dos atores sociais” (Bessa, 2002, p.283). Melucci (1996) analisa esta subjetividade deixada ao relento pela teoria de oportunidades políticas, como sendo necessário uma construção de identidade, podendo assim entrosar-se no contexto de um sistema de ação, desta forma discerne-se quais os limites e as possibilidades que a sua intervenção originará. Meyer e MinKoff (2004) apreciam negativamente o facto de muitos teóricos usarem diferentes definições e conceitos para abordarem uma mesma realidade ou situação. Cremos que esta teoria

necessita de se aliar a outras teorias para explicar bem o fenómeno, movimentos sociais, ela por si só não esclarece diversos aspetos que importam no estudo dos movimentos.

2.2. Teoria da mobilização de recursos

Como abordagem inicial desta teoria decidimos esclarecer que, segundo o nosso entendimento, o uso dos termos recursos ou estruturas no que concerne à mobilização é equivalente, logo será normal aparecer um ou outro no decurso deste trabalho. Achamos que tanto os recursos como as estruturas são os meios que os movimentos mobilizam, daí não ser necessário haver distinções entre ambos.

Esta teoria surgiu por volta de 1970 ampliando desta forma os “estudos empíricos sobre movimentos sociais que se tinham revelado fenómenos sociais mais estimulantes e problemáticos para a investigação sociológica durante os anos 60” (Bessa, 2002, p.275). Entende-se então, por mobilização de recursos, os veículos coletivos, sejam informais ou formais, através do qual as pessoas mobilizam-se e aderem a uma ação coletiva. Segundo Oberschall (1973), a mobilização de recursos é um processo que visa criar associações, grupos, multidões e organizações visando o alcance de fins coletivos. O autor afirma que as organizações não surgem espontaneamente, mas sim através de um processo de mobilização de recursos. McCarthy e Zald (1977) definem esta teoria como sendo um modelo que atribui importância às bases organizacionais, à acumulação de recursos e à coordenação coletiva que preconizará a ação.

Especialistas nesta área focaram as suas atenções para os seguintes aspetos: (1) comparação da organização de infraestruturas de países com o intuito de compreender melhor os padrões históricos da mobilização e para prever onde irão surgir movimentos no futuro, (2) especificação da relação entre a forma de organização e o tipo de movimento e (3) avaliação do efeito das estruturas do Estado e das suas organizações culturais a nível nacional na forma em que os movimentos assumem (McAdam et al., 1996).

McCarthy e Zald (1971; 1977) explicam que a “mobilização de recursos procurou romper com as queixas fundadas em conceções dos movimentos sociais para se concentrar nos processos de mobilização e nas manifestações de organização formal desses processos”. Segundo eles, os movimentos sociais são uma força de mudança social. De certa forma esta teoria não seria sobre o surgimento ou desenvolvimento dos movimentos sociais mas, sim uma tentativa de descrever e mapear uma nova forma de movimentos que McAdam et al. (1996) intitulam de movimentos sociais. “De facto, uma das características

a que os estudiosos desta tradição estão associados é pela separação na equação da mobilização de recursos dos movimentos sociais e das organizações formais” (McAdam et al., 1996, p.4).

McCarthy (1996, p.141) define a mobilização de estruturas como sendo “formas de engrenar na ação coletiva, que inclui de repertórios táticos específicos, formas específicas de organização dos movimentos sociais, e repertórios modelo dos movimentos sociais”. McCarthy (1996) acrescenta nesta definição a extensão da estrutura de micromobilização social, que ocorre no dia-a-dia em locais não abrangidos pelo processo normal de mobilização dos movimentos; esta mobilização pode dar-se através de laços familiares, redes de amigos, colegas de trabalho, associações voluntárias, ou mesmo por contacto casual com elementos da estrutura do movimento social. A mobilização através de relações, que têm como base laços familiares, é uma das formas de recrutamento mais relevante.

Toda esta mobilização, que os movimentos pretendem e conseguem, dá-se sob a forma informal ou formal. Para além desta distinção, existe outra que McCarthy (1996) faz entre movimentos e não-movimentos. Através do carácter formal ou informal e da categorização em movimento ou não movimento, podemos classificar da seguinte forma: (1) redes informais e não-movimento – redes de amigos, vizinhos e colegas de trabalho; (2) redes informais e movimentos – redes de ativistas, grupos de afinidade, *memory communities* (grupos de ativistas desmobilizados); (3) redes formais e não-movimento – uniões, igrejas, associações profissionais; (4) redes formais e movimentos – organizações de movimentos sociais, movimentos de estudantes, comités de protesto (McCarthy, 1996).

Depois de o movimento estar consolidado já não é a simples estrutura de mobilização mas, sim, o perfil organizacional desenvolvido que representa o movimento e que se torna deveras importante. Os movimentos estabelecem ligações a determinadas instituições, estabelecem ligações informais a associações, mas o mais comum para manter o movimento no ativo é a criação de organizações formais do movimento social. Consequentemente é a organização do movimento social (OMS) que irá moldar o ambiente político e marcar o ritmo e a forma de luta (McAdam et al., 1996).

As OMS desempenham um papel fulcral no seio dos movimentos, são o pilar da maioria deles, sendo também “as organizações formais que assumem a palavra pelo movimento, quem dita o rumo, conteúdo, e resultados da demanda” (McAdam et al., 1996, p.15), por isso é importante evitar confusões com outros tipos de organizações formais e definir as particularidades de uma OMS. Os dois critérios relevantes, segundo Kriesi

(1996), prendem-se com o facto de as OMS mobilizarem o seu eleitorado para a ação coletiva e por fazerem-no com objetivos políticos, tentando assim alcançar o bem comum ou evitar o mal geral. Um movimento social possui uma organização formal que, conforme afirma Kriesi (1996), pertence a uma determinada família de movimentos que persegue uma concordância (têm uma mesma ideologia), sendo que à junção de todas as OMS desses movimentos dá-se o nome de infraestruturas das OMS.

Estas infraestruturas das OMS são muito relevantes porque vão determinar o número e as possibilidades de mobilizar recursos conforme os objetivos traçados pelos movimentos que têm uma mesma ideologia. Existe uma certa concorrência para aferir que OMS irá captar o maior número de recursos, sendo este um fator que determina o crescimento ou declínio na angariação de estruturas de um determinado movimento social. O recrutamento e o financiamento do movimento é efetivamente uma dessas formas de angariação de estruturas.

Nas fases mais precoces do crescimento dos movimentos, estes possuem apenas recursos relacionados com os seus aderentes e ativistas, que fazem um esforço descomunal para manterem o movimento no ativo e na prossecução de alcançar novos recursos. Nas fases mais avançadas, é na infraestrutura das OMS que se nota como está a «saúde» dos movimentos sociais, ou seja, conforme o tamanho da infraestrutura (número de OMS) é possível perceber se os movimentos conseguem aumentar os seus recursos ou, se pelo contrário, elas diminuem. Com o conhecimento do fluxo de recursos numa dada infraestrutura (Kriesi, 1996) percebemos com que fluidez ocorre a mobilização na rede organizacional destes movimentos. Todos estes conceitos são importantes para estabelecer uma visão clara do tipo de OMS que estudamos.

A estrutura de uma OMS depende “do processo de formalização, do seu grau de profissionalização, da diferenciação interna e integração” (Kriesi, 1996, p.154). O processo de formalização compreende a criação de uma estrutura hierarquizada, definição de padrões de ação, admissão de membros e criação de estatutos. O grau de profissionalização está intimamente ligado à remuneração de membros que fazem a sua carreira profissional através do movimento social. Por diferenciação interna entende-se como sendo a divisão de trabalho e localização territorial de subunidades do movimento (Kriesi, 1996). A integração é conseguida através de uma coordenação horizontal das subunidades e centralização da tomada de decisão que, normalmente, está a cabo de uma minoria de ativistas da OMS.

A estrutura da OMS permite que um movimento social seja capaz de perdurar no tempo e se mantenha no ativo, ao passo que um movimento social que não possua uma OMS (possui uma organização informal) tem uma maior probabilidade de se extinguir. McCarthy e Zald (1977) argumentam que uma OMS mais antiga tem maior probabilidade de ultrapassar épocas de pouca obtenção de recursos do que uma OMS mais moderna. Por conseguinte, é relevante referir, que os movimentos sociais que sejam dotados de uma OMS estão mais preparados para aproveitar qualquer tipo de oportunidade política que surja ao invés de um movimento com estrutura informal.

Muita literatura sobre movimentos sociais apresenta três fatores organizacionais que determinam o sucesso ou fracasso dos esforços das OMS (McAdam et al., 1996). Os movimentos sociais demonstram a sua presença e, também, que a forma de alcançar sucesso nas suas ações depende diretamente da sua influência na esfera política e da capacidade financeira, por consequência da escassez destes itens nas estruturas dos movimentos sociais, logo têm que utilizar táticas disruptivas, ou seja, manifestam-se de forma não convencional pondo em causa a ordem pública, por exemplo *sit-in*, manifestações entre outras (McAdam et al., 1996). Nesta ordem de ideias é importante falar da importância das fações extremistas. Alguns movimentos estão sujeitos a fações extremistas que, devido à sua atuação, provocam um aumento de financiamento para a fação «moderada» do movimento, tendo como objetivo diminuir a influência dos radicais. Por outro lado, o facto de haver fações extremistas legitima e fortalece as negociações dos «moderados» (McAdam et al., 1996).

A definição dos objetivos por parte dos movimentos sociais é outro campo importante na sua manobra. À primeira vista ter um maior número de objetivos abarcaria um maior número de seguidores, mas um número elevado de objetivos leva a que os recursos, que são escassos, se esgotem mais rapidamente. Depois coloca-se a questão de como e quem é que define o(s) objetivo(s), sendo que, se um movimento definir apenas um objetivo evita tais prerrogativas descritas anteriormente. Gamson (1990) alude que um movimento que se focalize em apenas um objetivo terá uma maior probabilidade de sucesso em relação aos que possuem diversos.

Uma OMS está muito dependente da relação que fomenta com os seus membros, uma vez que estes são a base para a ação coletiva; contudo as relações mais difíceis acontecem com outros aliados que não pertencem ao movimento e ainda com as autoridades (McAdam et al., 1996). Os aliados fornecem recursos úteis para a ação da OMS, contudo não deve haver uma dependência excessiva em relação aos aliados, porque

isto significaria uma lacuna na ação autónoma do movimento. As relações com as autoridades são de longe as mais difíceis. As OMS procuram afirmar-se na sociedade e uma das melhores formas de lograrem esse objetivo é através do estabelecimento de relações com as autoridades para, deste modo, conseguirem um reconhecimento público e passarem a ter voto ou a pronunciar-se na tomada de decisão de determinadas situações em que se encontram inseridas. Outro tipo de relação que pretendem alcançar associa-se aos recursos que podem advir das relações com as autoridades. A estrutura formal de um movimento é um ponto vantajoso nas relações com as autoridades uma vez que, devido às burocracias governamentais, é mais fácil lidar com organizações que possuem procedimentos semelhantes aos seus do que adaptar-se ao inverso.

Kriesi (1996, p.158) argumenta que “o tipo de movimento é um aspeto importante no desenvolvimento da infraestrutura organizacional. Os movimentos diferem especialmente no que concerne à composição dos seus membros, a sua orientação para os objetivos e o seu repertório de ação”. Kriesi (1996) utiliza os novos movimentos sociais (NMS) como exemplo para ilustrar as diferenças entre os movimentos. Como referido anteriormente, Kriesi (1996, p.158) usou os NMS simplificando as suas categorias e elaborando uma lista dos principais: “o movimento ecológico e o seu ramo antinuclear; o movimento solidário com os seus ramos de auxílio humanitário, refugiados políticos, prisioneiros políticos, direitos humanos e antirracismo; o movimento de paz, o movimento das mulheres e o movimento urbano autónomo”.

Existem autores que defendem que estes movimentos partilham o mesmo núcleo de apoio, mas Kriesi (1996) distingue-os em três tipos: *instrumental*, *subcultural* e *countercultural*. Os primeiros caracterizam-se por não darem muita importância à identidade coletiva dos seus membros, mas prestigiam a obtenção de benefícios coletivos ou previnem malefícios coletivos, como exemplos temos os movimentos de paz, movimentos ecológicos e solidários. Os segundos valorizam o incremento de uma identidade coletiva positiva para o exterior, que é trabalhada no seio do movimento, exemplo disso são os movimentos homossexuais e alguns movimentos de mulheres. Os movimentos autónomos urbanos, *countercultural*, consolidam a sua identidade coletiva utilizando os conflitos com as autoridades e outros partidos.

Os movimentos *instrumental* conseguem captar um maior número de recursos e de membros, daí tentarem mobilizar o maior número possível de pessoas para alcançar os seus objetivos, utilizando uma estratégia inclusiva, ao passo que os movimentos *subcultural* servem-se de uma estratégia exclusiva. Estes últimos, por serem mais restritivos, têm um

menor número de membros, mas a massa que mobilizam é mais densa e comprometida, devendo-se à política de identidade coletiva praticada. O comprometimento é muito importante numa OMS uma vez que a sua durabilidade no tempo aumenta (Taylor, 1989).

A teoria da mobilização de recursos é criticada por focar o interior do movimento e não se preocupar com o meio envolvente, ou seja, não há grande preocupação com a esfera exterior. Contudo, esta crítica torna-se infrutífera uma vez que a teoria descrita anteriormente (teoria das oportunidades políticas), que tem como raio de ação o exterior do movimento, atribui um equilíbrio entre as esferas exterior e interior. Gamson (1990) e Snow (1986) criticam a lógica instrumental que esta teoria defende, isto é, não permite uma atuação altruísta por parte dos intervenientes de um protesto, por exemplo. Esta lógica do custo/benefício está intimamente associada a um proveito calculado, o que por vezes não acontece porque as intenções dos ativistas podem estar direcionadas para o bem-estar ou favorecimento de outros e não para o favorecimento pessoal.

McAdam, Tarrow e Tilly (2004) acusam a teoria da mobilização de recursos de exagerar na centralização das decisões estratégicas no movimento social. Esta não foca situações tão comuns como a contingência de um protesto, a emoção, a plasticidade, o carácter interativo que ocorre de forma natural nos protestos. Bessa (2002, p.280) assume que mesmo com uma quantidade reduzida de recursos “um movimento, pode afirmar-se e impor-se pela abnegação e entrega dos seus membros, pela força das suas convicções e pela sua tenacidade na luta, fatores a que a teoria da mobilização de recursos não parece dar a importância devida”.

2.3. Teoria do processo de enquadramento cultural

Goffman (1974) é o responsável pela implementação do conceito enquadramento na esfera dos estudos sobre movimentos sociais. Segundo este, um indivíduo utiliza o enquadramento ou esquemas de interpretação para reconhecer qualquer tipo de evento que lhe pareça comum ou então um acontecimento que tenha ocorrido no passado. O autor acrescenta que, qualquer que seja o tipo de organização pessoal, o enquadramento permite-nos localizar, perceber, identificar e rotular um número infinito de ocorrências.

O enquadramento, segundo Zald (1996, p.262), compreende “as metáforas específicas, as representações simbólicas, e as pistas cognitivas usadas para processar ou elencar comportamentos e acontecimentos num modo de avaliação capaz de sugerir modos alternativos de ação”.

A teoria do processo de enquadramento cultural tornou-se mais comum aos estudiosos dos movimentos sociais na década de 1980, podendo ser considerada como um fator que impulsionou a mudança cultural que ocorreu no estudo dos movimentos (Zald, 1996). As teorias da mobilização de recursos e das oportunidades políticas foram criticadas por não abordarem a cultura como aspeto importante dos movimentos sociais, no que concerne a este ponto, a teoria que estamos a estudar fá-lo e consegue simultaneamente complementar as outras duas (Zald, 1996). Relativamente à ação, McAdam et al. (1996, p.5) explicam que, “se a combinação de oportunidades políticas e de estruturas de mobilização permitem aos movimentos um determinado potencial para agirem, eles mantêm-se privados de um outro fator, insuficiente para explicar a ação coletiva”.

O processo de enquadramento cultural “denota um fenómeno ativo, processual que envolve organismos e contenção ao nível da construção da realidade. Ele está ativo no sentido de que algo está a ser feito, e processual, no sentido de um processo dinâmico e evolutivo” (Benford & Snow, 2000, p.614). Contudo, nas últimas três décadas emergiram inúmeras formas de analisar o papel da cultura, da ideologia e do próprio processo de enquadramento ao nível dos movimentos sociais. Devido a este progresso, existe uma enorme disparidade na literatura afeta a este tema, verificando-se uma absorção, por parte desta teoria, de inúmeros conceitos e ideias que desvirtuam a sua essência inicial e extravasam a sua verdadeira essência (McAdam et al., 1996).

Zald (1996), para clarificar o problema apresentado por McAdam et al. (1996), desenvolveu seis tópicos que visam facilitar a compreensão do processo de enquadramento cultural: (1) construção cultural de repertórios de atuação e enquadramento; (2) contradições culturais e acontecimentos históricos; (3) enquadramento enquanto atividade estratégica; (4) processo competitivo; (5) comunicação social; e, (6) resultados.

O primeiro ponto, a construção cultural de repertórios de atuação e enquadramento, significa que os movimentos aproveitam-se da cultura que os rodeia para construírem as suas bases de ação, ou seja, enquadram-se conforme a cultura existente na sociedade, uma vez que eles pretendem persuadir essa sociedade para as causas que eles defendem (Zald, 1996). Os movimentos sociais aproveitam o fio condutor da cultura existente na sociedade para atrair o maior número de pessoas para as suas fileiras, tentando sempre não contrariar a normal perceção que o cidadão mais comum tem da realidade que o rodeia e orientando a sua cultural grupal conforme a sociedade em que se insere (Zald, 1996). O seu repertório é construído com o objetivo de sensibilizar a população ou até mesmo fixar uma imagem nas suas mentes. Este repertório é estabelecido de acordo com as características desse

movimento, ou seja, as capacidades dos seus membros, as suas orientações e a própria estrutura do movimento. Mas existe, na maior parte dos casos, uma ponderação no repertório utilizado, uma vez que o objetivo, comumente, é ser bem aceite pela população e mostrar qual a direção a seguir para a mudança social (Zald, 1996).

Zald (1996) aborda o segundo tópico dando ênfase à oportunidade política ou de mobilização que as ruturas ou agitações culturais proporcionam aos movimentos sociais. Estas situações acontecem quando determinado acontecimento de relevo proporciona uma percepção de injustiça ou mesmo quando há algum tema que gera forte contradição na esfera pública (Zald, 1996). Estes tipos de eventos revelam fragilidades que os movimentos exploram para reivindicar e reforçar as suas ações. Mas é necessário as pessoas terem razões para protestarem e sentirem-se injustiçadas, porque tem que estar presente no seu subconsciente que agindo coletivamente irão resolver os seus problemas (McAdam et al., 1996). Se faltar um destes aspetos, ou mesmo os dois, mesmo que haja oportunidade, as pessoas não agirão porque não sentem que o protesto sortirá efeito (McAdam et al., 1996).

No que respeita ao enquadramento, enquanto atividade estratégica, oferece-nos dizer que existe um processo de enquadramento e de formação ideológica e cultural que cada movimento desenvolve no seu seio. Este processo é responsável pela definição de imagens, símbolos, invenção de metáforas, políticas de ação, entre outros aspetos. É neste processo ativo que é desenvolvida a base ideológica e cultural do movimento, sendo certo que ocorrem alterações conforme ocorrem mudanças na cultura societal e de acordo com as adaptações que são necessárias em conformidade com situações que surgem no dia-a-dia (Zald, 1996). O processo de enquadramento é tão importante no seu desenvolvimento como foi no processo de surgimento do movimento, o que difere é que no movimento já formado este processo está mais exposto a ser moldado por consciência, ou seja, por decisões estratégicas que advêm da sua OMS, estando também mais à mercê da contestação dos atores coletivos que representam o movimento, o Estado, e qualquer contramovimento que exista (McAdam et al., 1996).

O processo competitivo compreende uma disputa externa e interna pela definição da situação do movimento e do que o mesmo tem que fazer (Zald, 1996). Os ativistas dos movimentos interagem com as autoridades, com líderes de outros movimentos que possuem ideologias semelhantes e, até, com contramovimentos, isto no intuito de defender e persuadir os mesmos para a validade das causas que apresentam (Zald, 1996). Estes ativistas tentam impor-se utilizando, muitas vezes, a mobilização dos seus recursos para lograrem alcançar no futuro mais recursos. O processo de enquadramento é feito de um

modo um pouco inconsciente do ponto de vista estratégico na génese inicial do movimento (McAdam et al., 1996). Depois de a sua formação estar consolidada, esta muda e torna-se alvo de uma disputa interna para a criação da melhor mensagem a transmitir para o exterior (McAdam et al., 1996).

Já o quinto tópico que Zald (1996) apresenta relaciona-se com o processo de enquadramento e a comunicação social. Benford e Snow (2000) defendem que os movimentos recorrem a diversos tipos de audiências, que variam nos seus interesses relativos, valores, crenças e conhecimento. Como é perceptível, para além dos movimentos sociais a comunicação social também varia de país para país e a liberdade de expressão não é a mesma em todos os países, logo o modo como a mensagem passa para a sociedade nunca é a mesma. Os movimentos estão atentos a isto e tentam usar a comunicação social da melhor forma para levar ao público um impacto diferente e marcante da sua mensagem. Contudo, há sempre alguma subjetividade na passagem da informação porque o destaque que, por exemplo, um determinado canal televisivo atribui a um protesto pode ser completamente diferente de um outro canal do mesmo país (Zald, 1996). Isto explica o porquê da adoção de participação política não convencional por parte dos movimentos, uma vez que a comunicação social procura por vezes as situações que provocam maior impacto no público recetor. Como a passagem da mensagem nem sempre é a pretendida pelos movimentos, ou não surte o efeito desejado, ao tomarem medidas mais radicais e mais incomuns terão uma visibilidade maior o que levará ao interesse da sociedade.

Finalizando a abordagem de Zald (1996), viramos as atenções para os resultados das políticas implementadas e das ações culturais desenvolvidas. Os cinco pontos anteriores definem o processo de enquadramento como sendo uma construção cultural, ideológica e de enquadramento do movimento na sociedade. Por cultura entende-se que “são as crenças compartilhadas e entendimentos, mediadas por e constituída por símbolos e pela linguagem de um movimento ou sociedade” (Zald, 1996, p.262). Relativamente à ideologia significa o “conjunto de crenças que são usadas para justificar ou contestar uma dada ordem político-social e são usadas para interpretar o mundo político” (Zald, 1996, p.262).

De forma muito sucinta, é isto que o processo de enquadramento engloba, mas é igualmente importante perceber o alcance que McAdam (1996) atribui ao processo de enquadramento. O autor defende que é útil para a conexão com as outras teorias, servindo de complemento às mesmas. Este processo abre portas para a mobilização e para a perceção das oportunidades que, por sua vez, fazem funcionar o movimento. Para além disto, o autor remete para a ação dos insurgentes uma fatia importante do potencial que o

movimento social pode alcançar, tendo em conta a oportunidade que surge, a ação que é possível tomar, a percepção que os ativistas têm das situações e a sua capacidade de raciocínio e decisão para decidir se será ou não a altura correta para agir.

Um fator que também é importante prende-se com a eficácia do processo de enquadramento, que é maior quando existe uma forte organização estrutural por detrás; no caso de surgir um processo de enquadramento sem uma forte estrutura organizativa, ou muito fraca, o mais comum seria um alastramento fraco de pessoas, promovendo uma ação coletiva fraca (McAdam et al., 1996).

McAdam (1996) disserta sobre as dificuldades que os movimentos podem enfrentar nas relações com o meio que os rodeia e a ação que desenvolvem, definindo então seis barreiras que têm que ser transpostas para alcançarem o estatuto de força social. Esses alvos são: atrair novos membros; manter a moral e o comprometimento dos atuais membros; gerar cobertura mediática, de preferência que produza uma imagem positiva; mobilizar o apoio de diferentes públicos; restringir a opção de controlo social dos seus adversários; e, moldar as políticas públicas e a ação do Estado. McAdam (1996) afirma, ainda que os dois primeiros são de carácter interno, ou seja, tratam de tentar manter a força do movimento perspetivando sempre um incremento, em número, de ativistas e qualidade dos mesmos, sendo este um grande desafio. Visto que na fase inicial do movimento a qualidade do processo de enquadramento é rudimentar, dependendo de alguns ativistas que idealizam o futuro do movimento e trabalham nesse sentido, a fase consolidada do movimento já é baseada na identidade, ideias do movimento e na visão do mundo adotada pelos mesmos, que depende da estrutura organizacional do movimento, que surgiu após a sua consolidação. O meio, em que o processo de enquadramento do movimento surgiu, difere aquando da sua consolidação, isto porque a estrutura organizacional é inconsistente e despreocupada no início, tornando-se mais tarde numa força séria de mudança social (McAdam et al., 1996). Esta força debate-se com um meio já devidamente formado com as inúmeras adversidades a que procuram pôr termo ou tentam contornar, para conseguirem singrar. As OMS aproveitam a comunicação social como meio de propagação da sua mensagem, tentando que esta chegue aos diferentes públicos, que iniba os seus adversários e sirva de pressão para as políticas do governo, moldando assim o ambiente envolvente.

Para McCarthy, Smith e Zald (1996), o sucesso da utilização da comunicação social depende da escolha correta da mensagem a transmitir, tendo em atenção que o público é distinto e o que para uns é importante e tem um certo impacto, para outros não o é e pode simplesmente passar despercebido. Para além disso os movimentos criam uma agenda de

questões importantes para abordar e transmitir a esses públicos-alvo. Esta agenda é ordenada hierarquicamente conforme os objetivos do movimento. Os movimentos sociais transmitem as suas mensagens com o objetivo que cheguem em perfeitas condições e com o conteúdo desejado ao seu recetor, mas por vezes isto não acontece. Em virtude disso, a literatura sobre o processo de enquadramento sugere que os movimentos devem procurar modificar a estrutura da mensagem, de forma assídua, para que a probabilidade de que a mesma chegue nas condições que pretendem aumente (Benford & Snow, 2000).

Na mobilização de recursos existe uma concorrência entre movimentos para alcançarem mais recursos, situação que se mantém no processo de enquadramento para a transmissão para o exterior da sua identidade grupal; logo existe sempre a necessidade de inviabilizar e contrapor as ações dos adversários. A quarta barreira relaciona-se com a atividade política. Os movimentos sociais, com as suas ações, têm como objetivo uma mudança ou manutenção de determinada realidade ou situação, consequentemente interagem com a esfera política para alterar as políticas que esbarram com a sua identidade ou que não cabem na mesma.

Posto isto, cremos ser crucial explicar como funciona a estrutura da ação coletiva. Benford e Snow (2000) afirmam que esta estrutura é construída de forma a que os membros do movimento: negociem e cheguem a algum entendimento sobre alguma situação que tenha que ser alterada; consigam concluir quem ou o quê devem culpar; criem alternativas aos meios utilizados; e, incitem outros a agir em concertação para provocar a mudança. Benford e Snow (2000) explanam que existe um enquadramento das tarefas fulcrais que se divide em: enquadramento de diagnóstico; enquadramento de prognóstico; e, enquadramento motivacional.

O enquadramento de diagnóstico está intimamente associado ao que Gamson (1992) definiu como quadros de injustiça. Os movimentos sociais identificam vítimas e ampliam a vitimização, para além disto o quadro de injustiça é definido como o modo de interpretação para o não cumprimento das normas, protestos e revoltas, por parte daqueles que acham que ações de determinada autoridade se classificam como injustas. Este enquadramento resume-se a uma atribuição da culpa ou de responsabilidade por qualquer situação que esteja acontecendo, que tenha surgido ou que vá suceder (Benford & Snow, 2000). Muitos estudos apontam para a evidência que o quadro de injustiça é comum a diferentes tipos de movimentos, mas Gamson (1992) vai mais longe e afirma que todo o enquadramento da ação coletiva trata-se de quadros de injustiça.

Relativamente ao enquadramento de prognóstico, Benford e Snow (2000) asseguram que se trata da articulação para resolução do problema ou de um plano para atacar o problema e as estratégias para o plano ter êxito. Este enquadramento pode ser restringido de duas formas. A primeira deve-se ao fato de este enquadramento estar ligado ao enquadramento de diagnóstico, uma vez que são as OMS a identificar o problema e posteriormente a encontrar ou construir uma solução. Assim a solução já se encontra contaminada porque será a OMS a procurar uma solução e de seguida atuará na associação destes dois enquadramentos. A segunda restrição enlaça-se com a interação que os movimentos efetuam com o exterior. Para conseguir arranjar alguma solução ou estratégia de ação, as OMS estão condicionadas pelas ações dos contramovimentos, das outras OMS ou mesmo do governo, tendo que «proteger-se» para então atuar de uma maneira que considerem passível de sucesso.

O último enquadramento das tarefas fulcrais associa-se à motivação. Este fornece a “chamada às armas” (Benford & Snow, 2000, p.617), ou seja, dá razão para ocorrer a ação coletiva, e inclui a construção de vocabulários de motivação. Estes vocabulários “são construídos para dar aos protestantes testemunhos convincentes para poderem envolver-se na ação coletiva e terem uma participação sustentada” (Benford & Snow, 2000, p.617).

Para além do enquadramento das tarefas fulcrais, Benford e Snow (2000) acrescentam três conjuntos de processos de sobreposição que explicam como é que os enquadramentos são desenvolvidos, gerados e elaborados. O primeiro fala dos processos discursivos, que englobam o falar, as conversas, o discurso utilizado e as comunicações escritas dos membros do movimento.

O segundo refere-se ao processo de enquadramento que é deliberado, utilitário e objetivo, este intitula-se processo estratégico. Neste processo enquadra-se os esforços da OMS em ligar os seus interesses e os enquadramentos interpretativos tendo em mente os potenciais aderentes e fornecedores de recursos que, segundo Snow, Rochford, Worden e Benford (1986), ficaram conhecidos como processo de alinhamento do enquadramento. Della Porta e Diani (1999, p.75) explicam que o processo de alinhamento do enquadramento “pressupõe uma relação dinâmica entre o desenvolvimento de um movimento e do património cultural do país em que ambos atuam, e das suas instituições”, este processo divide-se em: conexão entre enquadramentos, amplificação de enquadramentos, extensão de enquadramentos e transformação de enquadramentos. Snow et al. (1986) expõem que o primeiro serve de ligação entre ideologias congruentes mas que estejam desconectadas. À amplificação do enquadramento atribui-se a capacidade de

idealização, de esclarecimento e fortalecimento dos valores e crenças existentes no movimento, é normal, com o passar do tempo, que este processo seja ampliado e surjam mais crenças e valores (Snow et al., 1986). A extensão do enquadramento permite que as questões mais específicas das OMS se conectem com os objetivos mais gerais, em contextos onde a conexão poderá ser mais evidente (della Porta & Diani, 1999). Por fim, a transformação de enquadramentos trata da adaptação “da mensagem que transmitem para o exterior, torna-a mais coerente com os valores e códigos dominantes da interpretação da realidade encontrada na opinião pública” (della Porta & Diani, 1999, p.75).

O terceiro processo de sobreposição é o processo de contestação. Segundo Benford e Snow (2000) é consensual entre os investigadores do processo de enquadramento cultural que o desenvolvimento, a geração e a elaboração da estrutura da ação coletiva é um processo de contestação. Existe uma panóplia de confrontos internos que envolvem todos os atores que se empenham na construção do enquadramento do movimento, logo não é possível criar um enquadramento só porque um dos elementos acha importante, tem que haver um consenso. Existem três formas que estes confrontos assumem: “o chamado contra enquadramento pelos opositores do movimento, por transeuntes, e a comunicação social; disputas de enquadramentos entre os movimentos; e a dialética entre enquadramentos e acontecimentos” (Benford & Snow, 2000, p.626). Goffman (1974), alerta para o facto de acontecerem disputas de enquadramentos no interior do movimento. Benford (1993) descobriu que as disputas de enquadramentos são aspetos importantes na dinâmica do movimento, na lapidação da estrutura do movimento, nas relações entre organizações e na construção da identidade coletiva.

McAdam et al. (2004) afirmam que as pessoas têm que se sentir lesadas e terem perspetivas que a sua ação surtirá efeito. Benford e Snow (2000) apontam alguns aspetos que têm que ser desenvolvidos nesta teoria, tais como: a perceção entre o enquadramento e as emoções; a relação entre o processo de enquadramento cultural e os tipos de movimentos; a relação entre os enquadramentos e a ação coletiva; e o desenvolvimento de metodologias para a investigação deste processo e realização da sua análise.

2.4. Confluência das teorias expostas

A estas três teorias que abordámos está subjacente um modelo teórico que mostra como as oportunidades políticas, a mobilização de recursos e o processo de enquadramento cultural funcionam entre si e influenciam a formação e funcionamento de um movimento

social (McAdam et al., 1996). Estas teorias tocam-se em alguns pontos, por conseguinte achamos que a melhor forma de explicar como elas se interligam será definindo critérios que pretendamos estudar. Através desses critérios associámos as teorias e mostrámos o papel que estas desempenham. As nossas escolhas incidiram no surgimento dos movimentos e na sua organização.

A questão do surgimento deve ser das mais antigas e das mais relevantes no estudo dos movimentos sociais. Muitos movimentos visam uma mudança social que fomenta a sua ação ou então a resistência à mudança. As oportunidades políticas que emergem e tornam possível a criação de movimentos são pré-requisitos fundamentais para a sua ação (McAdam et al., 1996). Ressalvamos, no entanto, o facto de existirem alguns movimentos que nascem em ciclos de protesto e não necessitam de procurar oportunidade de cariz político porque o próprio protesto de outros movimentos já concede a abertura suficiente para se iniciarem.

Para que um movimento se constitua é imprescindível a existência de um sentimento de opressão ou injustiça, ou através da identificação de um inimigo comum, mas também uma organização mínima e liderança. Para além disto é necessário existir alguma ligação entre os iniciadores do movimento, seja uma amizade ou relação familiar, que leva à formação de uma identidade coletiva e de uma ideologia para a mudança social que se efetivará com os recursos disponíveis no momento (Melucci, 1996).

Como foi explicado anteriormente, as oportunidades políticas, por mais momentâneas que possam ser, têm que ser percecionadas, ou seja, os movimentos ou os seus iniciadores têm que ter a capacidade de perceber que estão perante uma oportunidade para agir coletivamente, porém, pode existir a perceção de oportunidade para um movimento sem que esta exista de facto. Os movimentos têm que estar munidos de recursos que darão origem à ação, assim, é necessário a perceção das oportunidades e identificar quais os objetivos que os percursos do movimento têm. Também é importante saber qual o seu processo de enquadramento cultural para entendermos que tipos de ações eles pretendem despoletar para solucionar o problema em questão. Ou seja, o movimento precisa de encontrar uma justificação que fundamente a sua ação. Sendo que essa ação é desenvolvida de acordo com a sua identidade e dos recursos disponíveis. Nestas fases iniciais, os movimentos auferem poucos recursos, surgindo aí a necessidade de aproveitar qualquer oportunidade que o meio, onde se inserem, conceda, uma vez que estes não têm grande capacidade de mobilização devido à fase em que se encontram.

O tipo de oportunidade política que deu origem ao movimento pode influenciar o tipo de movimento que este tornar-se-á. Mas, em termos de processo de enquadramento cultural, estes dependem mais do fator humano, tratando-se normalmente da relação existente entre poucos dos membros existentes no início do movimento (McAdam 1996).

McAdam et al. (1996) apontam para os processos de enquadramento cultural como um incentivo à mobilização de recursos, que para ter sucesso necessita de uma organização (OMS) que cimente o movimento no meio ambiente e que crie relações com outras OMS. Os processos de enquadramento são mais eficazes consoante a força da organização que os sustenta, sendo aceite entre especialistas que organizações fracas pressupõem processos menos eficazes. A conjugação que possa verificar-se entre os processos fracos e uma organização débil causará uma ação coletiva mínima, ou até inexistente.

Um movimento, na sua génese, necessita de oportunidades e de possuir recursos para agir, sendo que o mais relevante é conseguirem atuar. Na maior parte dos movimentos a formação da ideologia e do enquadramento cultural passa a ser mais importante quando o movimento está numa fase avançada da sua consolidação ou quando já está completamente estabelecido como força de mudança social na sociedade.

Debrucemo-nos agora sobre a organização do movimento. Esta é muito ténue no nascimento na maioria dos movimentos, há uma vontade de fazer a diferença, mas os recursos são escassos, os processos de enquadramento são pouco definidos e qualquer oportunidade política é um bom motivo para a mobilização. Trata-se de uma sequência normal na formação de qualquer movimento social, correndo riscos na sua construção na perspetiva de alcançar uma organização sólida e uma liderança definida (Melucci, 1996).

A liderança num movimento social passa, na maior parte das vezes, por uma OMS cujos objetivos coincidem com os dos movimentos e possibilitam a consolidação do movimento (McCarthy & Zald, 1997). A OMS, que pode ser criada a partir do movimento ou até já existir, desempenha uma função extremamente importante na organização do movimento. della Porta e Diani (1999) afirmam que a OMS é responsável pela mobilização de recursos materiais; seleção, treino e recrutamento de meio humanos; constituição de objetivos organizacionais; promoção da ação coletiva aquando de uma oportunidade oferecida pelo meio. McAdam et al. (1996) acrescentam que as OMS são responsáveis pela definição dos processos de enquadramento que estabelecem o rol de objetivos do movimento.

Melucci (1996) sustenta que os objetivos dos movimentos sociais alteram-se devido ao ambiente, aos fins que se propuseram atingir inicialmente serem irrealistas ou

impossíveis de alcançar, ou mesmo para a conservação da organização. Os processos de enquadramento dos movimentos estão em constante atualização para detetarem qualquer situação interna ou externa ao movimento que os obrigue a atualizar a sua ideologia e mesmo a alterar aspetos da identidade estabelecida.

della Porta e Diani (1999) dão como certo que ocorre uma evolução na estrutura organizacional dos movimentos, existindo o sistema fechado e o sistema natural. No fechado a organização encontra-se numa posição onde controla todos os recursos, todas as variáveis e escolhe uma estratégia que entendem ser acertada para atingir os objetivos definidos através dos seus processos de enquadramento, ao passo que no natural é reconhecido que a organização tem limitações, não conseguindo estar a par de tudo e, por isso, optam por uma estratégia mais satisfatória, ou seja, uma que tenha fortes probabilidades de sucesso.

A organização dos movimentos sociais é um dos aspetos mais referenciados na literatura sobre a temática que estamos a estudar logo, as teorias analisadas tornam-se um fator útil de definição dessa organização, uma vez que cada uma delas contribui para a sua formação e estabilização no meio envolvente.

3. Definição de movimento social

Encontrámo-nos, atualmente, numa fase em que é difícil encontrar uma definição abrangente do que é um movimento social. Eles são voláteis e alteram-se rapidamente e de forma imprevisível estando sujeitos a oportunidades políticas, que podem ter a forma de pressões externas, de clivagens partidárias ou de simples brechas onde incidem o seu protesto. Os movimentos procuram adquirir o maior número de recursos para poder aplicá-los nas suas ações coletivas. O mais comum é terem poucos recursos e adotarem uma política de racionalização dos mesmos para conseguirem atingir os objetivos que definem com os processos de enquadramento. Estes processos são responsáveis pela definição da identidade e da ideologia dos movimentos. São estes que medeiam a ação, impõem uma cultura no movimento e delimitam os objetivos.

Bessa (2002, p.74) escreve que muitos autores “pensam que os movimentos sociais são estruturas de preferências, que se apresentam como alternativas desafiantes ou alternativas para a mudança social”. Este, na sua obra, define movimento social como sendo “um empreendimento coletivo, legal ou ilegal, que visa um objetivo de mudança ou de resistência no campo social, organizando recursos materiais e humanos para esse fim, e

que dura no tempo” (Bessa 2002, p.77). Giddens (2009, p.443), afirma que os movimentos sociais “são esforços coletivos para promover um interesse comum ou defender um objetivo comum fora da esfera das instituições estabelecidas”.

Para além destas duas possíveis definições encontramos, outras duas que permitem aprofundar o conceito estudado. McCarthy e Zald (1977, pp.1217-1218), defendem que um movimento social “é um conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que manifesta preferências pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou da distribuição de recompensas numa sociedade.” Esta definição mostra-se um pouco vaga uma vez que não aborda como se faz o recrutamento dos ativistas ou como formam um discurso coerente que demonstra os seus ideais como movimento organizado.

A segunda é da autoria de Alan Touraine (cit in Bessa, 2002, p.76) e defende que os movimentos sociais têm que ser abordados conforme o sentido da sua ação e do conflito em si, devendo respeitar três exigências que são: a “ação conflitual provavelmente bipolar; ator de classe; e a ação com fim de destruir o opositor de classe e dominar a criação da História”. Segundo esta conceção, existem poucos movimentos sociais e de certo modo limitam-se a movimentos do tipo laboral e defensores de classes, logo não nos parece uma definição capaz de responder às nossas necessidades.

Como última definição, observamos a elaborada por Chazel (1995, p.266), que tem o entendimento que um movimento social é “um empreendimento coletivo de protesto e de contestação que visa impor mudanças, de importância variável, na estrutura social e/ou política através do recurso frequente, mas não necessariamente exclusivo, a meios não institucionalizados”.

Depois de examinarmos estas definições e reconhecendo as nossas limitações nesta área estudada, ousamos propor uma, que possui semelhanças à de Chazel, não obstante estas parecenças, entendemos que a nossa é mais esclarecedora e capaz de abarcar as características que achamos fulcrais na abordagem aos movimentos sociais.

Para nós, um movimento social é um empreendimento coletivo duradouro de protesto e de contestação que procura manter ou impor mudanças na estrutura social e/ou política, utilizando oportunidades que surjam ou por eles criadas, para vincar a sua identidade, ideologia e cultura, manifestando-se, por vezes, através de meios não convencionais.

4. Exposição sobre o ATTAC

Em Dezembro de 1997 na França, o então diretor do *Le Monde Diplomatique*, Ignacio Ramonet, publicou um editorial com o título *Désarmer les marchés* (Desarmar os mercados) que criticava a tirania dos mercados financeiros e apelava à criação da Associação para a Taxação das Transações financeiras para a Ajuda aos Cidadãos (ATTAC). Este editorial teve um sucesso enorme, o que motivou inúmeros telefonemas e cartas, fazendo com que estes leitores estivessem constantemente à espera, e ao mesmo tempo pressionassem os responsáveis pelo jornal, para serem estes a criar o ATTAC (Cassen, 2003). Segundo Cassen (2003), que foi um dos criadores do ATTAC, o primeiro passo foi a procura de organizações (sindicatos, associações civis, movimentos sociais, jornais) que respondessem ao apelo de Ramonet e fortalecessem a criação do ATTAC, para que fosse possível definir estruturas sólidas para este movimento. Assim, a 3 de Junho de 1998 em França nasceu o ATTAC.

Os objetivos definidos pelos líderes correspondem ao controlo democrático dos mercados e das suas instituições, ou seja, a implementação da taxa Tobin. Esta medida tem como objetivo a taxação das transações no mercado cambial, dificultando a especulação financeira e servindo os fundos arrecadados para implementar em programas de interesse mundial (Tobin, 1981) como por exemplo, erradicar a pobreza em países subdesenvolvidos da Ásia, de África e da América latina.

O ATTAC é uma organização que promove a alter globalização opondo-se à globalização neoliberal, que defende uma globalização distinta em termos económicos, financeiros e informativos, através de novas propostas, novos modelos económicos, sociais, políticos e culturais (Rucht, s.d.). Por alter globalização entende-se a demanda por uma globalização diferente da globalização dominante que se verifica atualmente, tendo como metas a procura de outras soluções para um mundo mais justo, mais equitativo e menos caótico. Os ativistas do ATTAC creem que a alter globalização poderia favorecer o acesso às necessidades básicas por parte de todos os seres humanos e que, a competição económica global e os mercados livres não propiciam a partilha mundial e o financiamento global para causas de interesse comum. Acreditam, também, que a preservação do planeta não passa pelo progresso tecnológico nem pela comercialização de recursos naturais, tem que haver uma mudança extrema no desenvolvimento económico afastando a mentalidade consumista e produtivista (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

O ATTAC espalhou-se de forma exponencial em França dando a origem a inúmeras comissões que utilizam o acrónimo e seguem o mesmo enquadramento político e a linha de orientação, sendo que todas estas comissões possuem um presidente, um secretário e um tesoureiro independentes do ATTAC fundador (Cassen, 2003). Esta proliferação do movimento ocorreu também à escala mundial. No nosso país, o ATTAC Portugal ou ATTAC – Plataforma Portuguesa foi criado na sequência da expansão do movimento ATTAC, em 1999. Em 2002 ocorreu o primeiro encontro nacional onde foram criados o estatuto e o programa de ação (vd. Anexo 1 e 2 respetivamente). Desde a sua criação, e a par do ATTAC Internacional, os seus objetivos foram-se diversificando e nos dias que correm centram-se na luta “por uma globalização solidária, contra a guerra, a exploração e a discriminação” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011). Sem embargo do exposto anteriormente têm também como fins “dar força ao comércio justo, desarmar e regular os mercados financeiros, dinamizar uma sociedade democrática e solidária, fechar os paraísos fiscais e dar força a uma taxa global para financiar o bem comum” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

Os ativistas do ATTAC batem-se pela “regulação dos mercados financeiros, o encerramento dos paraísos fiscais, a introdução de taxas globais para financiar bens públicos globais, o perdão da dívida aos países em desenvolvimento, o comércio justo” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011) e, como não poderia deixar de ser, pela implementação de limites ao comércio livre e aos fluxos de capital (taxa Tobin). De uma maneira geral as suas ações empenham-se: “na reconquista do espaço perdido pela democracia para a esfera das finanças; na oposição ao abandono da soberania nacional, sob o pretexto dos direitos dos investidores e dos comerciantes; na criação de um espaço democrático a nível global” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Estas ações materializam-se, na maioria das vezes, através de manifestações que se realizam na mesma altura das cimeiras ou encontros do G8, G20, FMI (Fundo Monetário Internacional), OMC (Organização Mundial do Comércio), Banco Mundial, OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte) (Rucht, s.d.).

Os membros fundadores do ATTAC pretendem que este seja “um movimento de ação-orientada para a educação popular” (Cassen, 2003, p.91). Com isto almejam que os militantes estejam bem informados e que estejam devidamente cientes do que se passa em sem redor e, desta forma, estejam preparados para a ação coletiva. (Cassen, 2003). Segundo o autor, os sítios da internet dos diversos ATTAC mostram a realização de um

número elevado de debates, de conferências e de reuniões, desta forma demonstram a sua capacidade crítica e também que a sua missão está a ser desenvolvida da maneira intencional, ou seja, educando o seu público-alvo.

5. A polícia e a sua interação com os movimentos sociais

No âmbito do nosso trabalho é fulcral definirmos polícia e percebermos como é que esta interage com os movimentos sociais. Por isso é importante perceber os contornos da atuação policial. Assim, neste ponto do nosso estudo, falaremos sobre o que é a polícia, a manutenção e reposição da ordem pública e a interação desta com os movimentos sociais.

A polícia tem como funções primordiais: a defesa da legalidade democrática; a segurança interna; e, a segurança dos cidadãos que se encontram em solo português. Segundo Oliveira (2002, p. 69), “a polícia é entendida numa perspectiva lata, como uma actividade administrativa que tem por fim prevenir os danos que possam resultar de condutas sociais perigosas”. O autor defende que o conceito de polícia pode ser analisado sob duas perspetivas: a institucional e a funcional. Na primeira perspetiva, a polícia corresponde a “todo o serviço administrativo que, nos termos da lei tenha como tarefa exclusiva ou predominante o exercício de uma actividade policial” (Correia, cit. in Oliveira, 2002, p. 69). A perspetiva funcional diz respeito à Administração Pública, sendo que corresponde à feitura de normas e ao cumprimento de “actos administrativos materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela ordem jurídica” (Correia, cit. in Oliveira, 2002, p. 69).

A polícia desempenha uma actividade administrativa e também uma actividade de polícia judiciária. No que diz respeito à actividade administrativa, Raposo (2006, p. 29) define-a como tendo “por objectivo garantir a segurança de pessoas e bens, a ordem pública e os direitos dos cidadãos”. Ainda segundo Raposo (2006, p. 29) a função judiciária que a polícia preconiza “tem por objectivo a prevenção dos crimes e a investigação daqueles que, não obstante, foram cometidos, com vista à repressão da criminalidade”. A actividade administrativa desenvolvida pelos órgãos policiais pode ser entendida como uma actividade preventiva, ao passo que a actividade de polícia judiciária compreende a reacção ao cometimento de um crime.

O conceito de polícia e a natureza das funções que desempenha tem sofrido alterações com o decorrer do tempo, por consequência o raio de acção tem variado,

abrangendo vários “domínios da vida social: polícia fiscal, polícia de estrangeiros, polícia sanitária, polícia económica, polícia florestal, polícia venatória, polícia do ambiente, polícia do património cultural, polícia dos espectáculos, polícia de viação, polícia de transportes, etc.” (Raposo, 2006, pp.29-30). Não obstante a evolução das diversas funções da polícia e as recorrentes mudanças que tem sofrido, Oliveira (2002, p.70) admite como conceito fundamental e imutável o seguinte: “a polícia é (...) definida juridicamente como uma função específica do Estado e como uma actividade de manutenção da ordem pública necessária à existência de qualquer sociedade”.

A polícia está legalmente legitimada a cumprir todas estas funções pela Constituição da República Portuguesa, que deve garantir a defesa da legalidade democrática, a segurança interna e dos cidadãos (art.º 272 da Lei n.º 1/2005, de 12 de Agosto). A Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, que aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública, prevê na alínea b), do n.º 2 do artigo 3º a competência a esta força de segurança para “garantir a ordem e tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e bens”.

Desta forma, a polícia possui uma margem de atuação bastante abrangente, ou seja, a sua ação estende-se a diversas áreas, das quais queremos destacar a manutenção ou reposição da ordem pública. A forma mais comum de protesto da maioria dos ativistas dos movimentos sociais efetiva-se através de manifestações, logo torna-se importante perceber como é que a polícia interage com esta alteração à ordem pública.

Para Clemente (2000, p.261), “a finalidade da actuação policial consiste, em primeiro lugar, na manutenção da ordem pública e, em segundo lugar, no seu restabelecimento”. As manifestações são um bom exemplo prático de situações onde é necessário manter ou repor a ordem pública. Quando ocorrem manifestações, a polícia tem que colocar no terreno um dispositivo que vise a salvaguarda da ordem e tranquilidade pública de modo a que todos os cidadãos estejam a gozar dos direitos fundamentais que os assistem. No seguimento desta ideia é necessário referir que, por vezes, há que limitar alguns direitos para garantir outros e em algumas ocasiões a liberdade tem que ser afetada e restringida, isto porque, segundo Oliveira (2000, p.24), “a liberdade não pode sobreviver sem a ordem pública, mas é a liberdade que estabelece limites à ordem pública relativamente aos fins e aos meios a utilizar para manter essa mesma ordem democrática”.

A face visível do Estado que lida com os manifestantes é a polícia. O policiamento empregue por esta é condicionado por muitos fatores externos e internos que limitam por vezes a sua atuação. della Porta (1996, p.79) defende que “as características institucionais – a organização policial, a natureza do sistema judiciário, os códigos, os direitos

constitucionais e por aí adiante – desempenham um papel extremamente importante na definição de oportunidades e constrangimentos no policiamento do protesto”. Realmente, a organização policial condiciona qualquer tipo de protesto. As polícias reagem conforme a cultura em que se inserem, se estivermos perante uma polícia mais branda que não reage a qualquer incidente, isso, proporcionará um sentimento de impunidade e os manifestantes têm maior apetência para atuarem desordeiramente, contudo, se a polícia for demasiado repressiva isso poderá causar o mesmo efeito, devido à revolta e contestação que os atos opressivos provocarão no seio dos manifestantes (D. Waddington, 2007).

D. Waddington (2007) adverte-nos para fatores que podem conduzir aos confrontos violentos: a ideologia política (governo que pressiona a polícia, legislação que limite a liberdade de protesto); a instituição policial (pouco tolerante e muito repressiva, falta de treino para situações de ordem pública); a cultura policial (polícias inexperientes, estereótipos rígidos); o contexto (possível historial de desentendimentos); a situação específica (falta de comunicação no terreno, distorção das ordens); e, a interação (ausência de comunicação entre a polícia e os manifestantes). Estes fatores são reveladores da dificuldade que a polícia enfrenta, nomeadamente no policiamento de uma situação de protesto, logo é necessário que haja prevenção a montante para minimizar estas situações violentas. Antes de nos concentrarmos na prevenção vamos debruçar-nos sobre a comunicação social e a imagem da polícia.

A presença da comunicação social neste tipo de acontecimento é comum e transformou-se num forte veículo de intercâmbio de informação que chega a qualquer parte do planeta numa fração de segundo. Reiner (2003) afirma que a comunicação social tornou-se num fator relevante, quer na interação social, e na interação desta com as autoridades, isto devido à diversidade cultural existente e mutável. No ponto de vista do autor, a comunicação social põe em causa questões morais, e outros temas que se relacionam com a ação dos polícias no terreno, logo tornou-se num participante ativo na interação da polícia com os manifestantes, em detrimento do estatuto de mero observador e relator dos eventos. Reiner (2003) refere que as análises das intervenções policiais efetuadas pela imprensa, sejam elas na resposta às ocorrências diárias ou aos conflitos esporádicos em manifestações, diferem de acordo com o tipo de ideologia política que o órgão de comunicação possui. Assim, a transmissão da informação sobre a polícia para a sociedade é por vezes distorcida conforme o meio que a propaga, sendo mais um entrave à sua atuação e afetando também a imagem que a sociedade constrói sobre esta instituição e das suas intervenções na esfera social.

Para além da influência da comunicação social na imagem da polícia, a instituição por si só contribui para a formulação dessa imagem, através da interação com os cidadãos, especifica-se (devido ao âmagu do trabalho) a interação com os movimentos sociais. A conduta dos agentes de autoridade quando policiam e, numa fase mais avançada, quando abordam os manifestantes, pode «incendiar» o clima de tensão e provocar o escalamento do protesto culminando na violência (Waddington, 2003). Por vezes não há treino adequado para estas situações, os polícias que interagem com os protestantes são inexperientes, não há tolerância e as táticas empregues são inadequadas (D. Waddington, 2007; Waddington, 2003).

Passemos agora para a prevenção que desenrola-se no pré-protesto. A partir dos anos oitenta do século passado, começaram a surgir algumas mudanças estratégicas nas polícias, que passaram a usar a prevenção para fazer face ao crime (Waddington, 2003). A prevenção também se alastrou aos conflitos com manifestantes, por conseguinte tornaram-se hábitos comuns os contatos prévios com os manifestantes. Waddington (2003, p.409) afirma inequivocamente que as polícias, hoje, “procuram negociar e arranjar acordos com os organizadores dos protestos”. O autor defende ainda que a polícia percebeu que através da astúcia conseguiria os frutos que a força até então não conseguira. Desta forma, os comandantes das polícias procuram convencer os manifestantes para policiarem o seu próprio protesto e aconselharem os seus membros para o protesto pacífico e ainda para a observância das ordens policiais, em troca, algumas infrações de menor gravidade são ignoradas (Waddington, 2003).

Waddington (2003) afirma que os líderes das várias polícias, mais concretamente a de Londres, remodelaram a sua forma de atuação. O uso da violência passou para último recurso, e se tal acontecesse isso significaria que teriam falhado na sua missão. Isto porque “quando a desordem surgisse a polícia estaria numa posição de desvantagem para prevenir danos, possíveis baixas e defender-se das alegações de que se teriam excedido na repressão de tais acontecimentos” (Waddington, 2003, p.411). A atuação perante uma manifestação acontece com cordialidade e respeito, mas este tratamento não impede a polícia de salvaguardar a sua posição e possuir elementos de reserva em locais estratégicos e fora do campo visual dos manifestantes, para não «inflamar» o protesto.

Para além do contacto direto com os manifestantes no pré-protesto, a polícia trabalha fortemente na obtenção de informações. Estas alertam para os indicadores de tensão, quezílias entre movimentos, situações de tensão entre polícias e manifestantes devido a protestos anteriores, cobertura mediática relacionada com incidentes que envolvem a

polícia e ainda o declínio da cooperação dos movimentos para com as autoridades (D. Waddington, 2007).

Como afirma D. Waddington (2007), quanto maior for o conhecimento que a polícia obtenha sobre os manifestantes melhor será a forma como interagirá com os mesmos, causando o menor constrangimento ao seu direito de manifestação e facilitando assim a sua tarefa. Logo, é importante perceber as origens, o funcionamento, os repertórios e os objetivos dos movimentos para que a atuação policial, perante o movimento, seja interpretada como correta por estes e para que não haja perturbação da ordem pública.

6. Problema de investigação

Os movimentos sociais são, hoje em dia, uma força de manutenção ou alteração da sociedade. As pessoas veem nos movimentos uma hipótese de expressar as injustiças de que são vítimas e também uma maneira de manifestar a sua insatisfação face a uma panóplia de adversidades que afetam as suas vidas. Consequentemente, os movimentos ganham cada vez mais preponderância na vida das pessoas porque são os «instrumentos» utilizados por estas para resolverem, ou tentarem solucionar, os seus problemas.

A investigação desenvolvida sobre os movimentos sociais tem como base as teorias: das oportunidades políticas; da mobilização de recursos; e, do processo de enquadramento cultural. A nossa opção por estas teorias justifica-se por considerarmos que abordam as questões mais importantes no que diz respeito aos movimentos. Estas teorias são importantes para o nosso estudo porque fornecem um modelo teórico que ajuda-nos a perceber os movimentos sociais e facilitará a elaboração do quadro categorial para análise do *corpus*. Por conseguinte, torna-se importante o conhecimento do modo de atuação dos movimentos sociais, da perceção de oportunidades, do repertório de protesto e da estratégia por eles aplicada.

Tratando-se de um estudo exploratório, não formulámos hipóteses que necessitassem de ser testadas e seguidamente confirmadas ou infirmadas (Bogdan & Biklen, 1994). Este problema de investigação foi elaborado através das questões que foram aparecendo, resultado da pesquisa bibliográfica que efetuámos e que deram origem ao enquadramento do trabalho que estamos a desenvolver. Deste modo, e apesar de os estudos sobre os movimentos sociais se terem multiplicado nas últimas três décadas, os investigadores têm dado muita atenção às suas origens e trajetórias esquecendo-se de abordar outros temas, tais como o seu impacto na vida política, no ambiente social, noutros movimentos, ou

mesmo sobre os seus participantes (Giugni, McAdam, & Tilly, 1999). É nossa intenção abordar algumas destas temáticas que os investigadores têm deixado de parte, de forma a dar um salto qualitativo no estudo deste fenómeno.

Assim sendo, o nosso estudo pretende investigar de que forma a descrição dos diferentes projetos, repertórios de ação, recursos disponíveis, ideais e condições envolventes a que os movimentos sociais estão sujeitos, vai influenciar a participação ou não por parte dos cidadãos e até a participação em vários movimentos em simultâneo. Tendo em conta estes objetivos, podemos avançar com algumas questões que se prendem com o ATTAC: como é que estes percecionam, criam e interpretam as oportunidades políticas? Quais os obstáculos que enfrentam? Que tipo de relação mantêm com os seus aliados? Quais são as suas modalidades de ação? Como é que está definida a sua estrutura e como é que estão organizados hierarquicamente? Como é que atuam no meio envolvente? Como é que o contexto influenciou a sua criação e como condiciona a sua atuação? Que tipo de ideologia apresenta? Estas são algumas das questões que surgiram do nosso enquadramento teórico, contudo ressalvamos para o facto de poderem surgir mais questões aquando da análise dos documentos que compõem o nosso *corpus*.

II. Método

1. Abordagem qualitativa

Durante a década de 1950 ocorreram inúmeras discussões em torno das abordagens quantitativa e qualitativa (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004), sendo que as defesas em relação à primeira e à segunda dividiam-se. Krippendorff (2004) defende que, nas últimas décadas, a maioria dos estudos foram elaborados através da abordagem qualitativa, mesmo que depois algumas características fossem traduzidas para números. Bardin (1977, p.114) faz a distinção afirmando que “a abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem. A abordagem não quantitativa recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências”.

Neste estudo exploratório adotamos uma abordagem qualitativa, dado que pretendemos descrever, decodificar e interpretar a informação relevante dos diversos documentos que constituem o nosso *corpus*. A definição que melhor se adequa ao nosso trabalho é da autoria de Denzin e Lincoln (1994, p.2), que entendem que a abordagem qualitativa é um conjunto de métodos que compreendem “uma abordagem interpretativa (...) da matéria subjetiva. Isto significa que os investigadores qualitativos estudam coisas no seu contexto natural, procurando o sentido ou a interpretação de um fenómeno em termos dos significados que as pessoas trazem até eles”. Ou seja, os autores creem que esta metodologia está direcionada para identificar perceções subjetivas dos sujeitos que estão à mercê de estímulos sociais e psicológicos.

A grande vantagem de utilizar uma abordagem qualitativa prende-se com o facto de o analista poder elaborar inferências sobre um acontecimento ou até deduzir variáveis específicas e não gerais, conseguindo trabalhar sobre *corpus* reduzidos e estabelecer categorias discriminantes (Bardin, 1977; Denzin & Lincoln, 1994).

2. *Corpus*

O nosso estudo envolve a constituição de um *corpus*, ou seja, a definição do material que utilizamos para análise. “O *corpus* é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p.96). Logo, no nosso estudo o *corpus* é constituído por um artigo de Bernard Cassen, “ATTAC al ataque” (ATTAC ao ataque, Fevereiro, 2003) o sítio na Internet do ATTAC Portugal, o sítio na

Internet do ATTAC Internacional e panfletos sobre o ATTAC. Esta literatura foi escolhida conforme se apresenta no ponto 4 onde se descreve o procedimento.

3. Instrumento

Neste estudo exploratório, utilizamos a análise de conteúdo temática por ser a técnica mais adequada a um estudo que se cinge à análise de matérias referentes aos movimentos sociais. Isto porque este tipo de análise é “hoje uma das técnicas mais comuns nas investigações empíricas” (Vala, 1990, p.101). Para além disto “é um dos mais importantes métodos de investigação em ciências sociais” (Pais, 2004, p.248).

No início do século XX, a análise de conteúdo foi utilizada predominantemente no estudo de materiais jornalísticos (Bardin, 1977; Ghiglione & Matalon, 2001; Krippendorff, 2004; Pais, 2004; Vala, 1990). Berelson (in Vala, 1990, p.103) afirma que “a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Cartwright (in Vala, 1990, p.103) estende a definição de Berelson, propondo o alargamento a “todo o comportamento simbólico”. Krippendorff (2004, p.20), volvidos alguns anos, define análise de conteúdo como sendo “uma técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto”. Nós concordamos com Bardin (1977, p.42), quando esta explica que a análise de conteúdo é o “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Bardin (1977) afirma que esta técnica tem como objetivos principais o aumento do enriquecimento da leitura e a diminuição das incertezas, isto através do estudo dos conteúdos e estruturas que os documentos apresentam. Vala (1990) expõe que a análise de conteúdo tem como finalidade efetuar inferências, conforme uma lógica que procura retirar de uma mensagem as características que foram inventariadas e sistematizadas. Este processo funciona através da análise de um “discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção de análise” (Vala, 1990, p.104).

Depois de identificarmos o que é a análise de conteúdo, passamos a explicar os passos necessários que asseguram a validade e a fiabilidade desta técnica. Vala (1990) propõe como primeira etapa a definição de um quadro teórico de referência que tornará possível a definição do *corpus*. Segundo Bardin (1977, p.95) segue-se a pré-análise que compreende uma fase de organização, que “tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise”, ou seja, trata de organizar e sistematizar a análise de conteúdos. Bardin (1977) define três fins da pré-análise: a escolha dos documentos que serão analisados; a elaboração de objetivos e hipóteses; e, a criação de indicadores que sustentem a interpretação que será feita no final. A fase subsequente à pré-análise compreende a definição de categorias que se relacionam com o nosso objeto de estudo, onde são inseridas as unidades de registo. Estas unidades correspondem a um determinado conteúdo que é devidamente analisado e que está inserido numa destas categorias. Ghiglione e Matalon (2001) defendem que estes procedimentos são utilizados para garantir que estas unidades caibam apenas numa categoria. No entanto, este estudo recorre a uma análise de conteúdo temática, na qual se isolam os temas prevalentes num determinado documento, ou conjuntos de documentos, de forma a destacar temas principais e temas secundários. “A análise temática é apenas um metadiscurso emitido pelo codificador sobre o discurso” (Ghiglione & Matalon, 2001, pp.211-212).

Segundo Vala (1990, p.110), “a categorização é uma tarefa que realizamos quotidianamente com vista a reduzir a complexidade do meio ambiente, estabilizá-lo, identificá-lo, ordená-lo ou atribuir-lhe sentido.” Para Bardin (1977, p.103), a “codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que (...) permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto”. Esta constituição de categorias pode ser elaborada através de um procedimento fechado, que é efetuado por meio de um quadro empírico ou teórico pré-determinado, não podendo sofrer alterações, sendo as categorias de análise definidas *a priori* (Ghiglione & Matalon, 2001); de um procedimento aberto, não sendo tão rígido, uma vez que não está demarcado a um quadro de análise estático, isto porque as categorias são definidas *a posteriori* conforme se processa a análise do *corpus* (Ghiglione & Matalon, 2001); ou mesmo através de um procedimento misto (Pais, 2004), que implica a definição de uma grelha *a priori* que pode

sofrer alterações conforme se torne necessário devido à informação analisada ao longo do *corpus*.

Depois das categorias estarem definidas o analista deve efetuar um teste de validade interna, “ou seja, o investigador deve procurar assegurar-se da sua exaustividade e exclusividade. Pretende-se assim garantir, no primeiro caso, que todas as unidades de registo possam ser colocadas numa das categorias” (Vala, 1990, p.113) e no segundo caso que uma unidade de registo caiba apenas numa das categorias, como foi referido anteriormente. Vala (1990, p.113) expõe “que do ponto de vista do valor substantivo de uma análise de conteúdo a escolha das categorias é talvez o momento mais delicado”, mas no que diz respeito ao trabalho desenvolvido pelo analista, a escolha das unidades de análise e a sua consequente identificação é a tarefa mais demorada e complexa ao nível operacional.

Por fim, existe a fase que compreende a validade e a fiabilidade. A validade atravessa todas as fases da análise de conteúdo, logo cabe ao investigador assegurar que mediu tudo o que era proposto medir (Vala, 1990). Segundo Pais (2004, p.251) “se uma investigação é válida, então, temos que levar a sério os seus resultados para a construção de teorias ou para a tomada de decisões na prática”. No que diz respeito à fiabilidade, esta refere-se à confiança na informação obtida estando associada ao processo de codificação, ou seja, “está ligada ao processo de codificação e, por consequência, ao codificador e ao instrumento de codificação de que ele dispõe” (Ghiglione & Matalon, 2001, p.196). Deste modo, a fiabilidade está intimamente associada à fiabilidade das categorias de análise e à fiabilidade do codificador, sendo que esta se associa à fiabilidade inter-codificador, uma vez que codificadores distintos atingem o mesmo resultado (Ghiglione & Matalon, 2001). Os autores consideram também importante a fiabilidade intra-codificador, ou seja, se o mesmo material analisado pelo mesmo codificador, em momentos distintos, origina uma análise igual.

4. Procedimento

Após a aprovação do projeto de dissertação procedeu-se à revisão bibliográfica, o mais exaustiva possível, sobre o objeto de estudo. Isto, visando quer o enquadramento teórico do problema de investigação quer a exploração dos materiais que poderiam vir a constituir o nosso *corpus* de análise.

No que concerne à constituição do *corpus*, uma das formas de pesquisa consistiu na utilização do navegador “Internet Explorer” para pesquisar no motor de busca “Google” os descritores que se seguem, obtendo os resultados que se encontram no seguimento do descritor: ATTAC - 9240000 páginas; ATTAC doc - 226000000 páginas; ATTAC pdf - 572000000 páginas; ATTAC Portugal - 152000000 páginas; ATTAC Portugal doc - 173000000 páginas; ATTAC Portugal pdf - 352000000 páginas; ATTAC International - 148000000 páginas; ATTAC International doc - 12000000 páginas; ATTAC International pdf - 72800000 páginas. Atendendo ao número elevado de resultados decidiu-se consultar os vinte primeiros, eliminando-se os repetidos. De entre os restantes resultados foi-nos possível reunir informação que integrou o nosso *corpus*. Aquando da pesquisa no motor de busca “Google” com o descritor ATTAC International, foi possível verificar, num dos *links* do sítio do ATTAC International, uma referência a outro sítio da Internet que também utilizámos como fonte para a constituição do *corpus* (retirado de <http://www.newleftreview.org/>). Neste sítio, usámos o descritor ATTAC num campo de procura existente, tendo surgido nos resultados apresentados 52 documentos, nos quais foram considerados os vinte primeiros. Por último, também utilizámos panfletos distribuídos pelos ativistas do ATTAC em manifestações que marcámos presença.

Depois de definirmos convenientemente a grelha de análise de conteúdo temática conforme o estudo desenvolvido no enquadramento teórico, e perspetivando a necessidade de assegurar a fiabilidade inter-codificador, recorreu-se a um juiz independente, treinado em análise de conteúdo, com o objetivo de conseguir estabilizar o quadro de análise e desta forma conseguir uma codificação consensual. Para salvaguardar a fiabilidade intra-codificador, o mesmo material foi codificado, pelo mesmo codificador, da mesma forma em momentos distintos. Também foi assegurado que as categorias codificavam sem qualquer ambiguidade a diversa informação, ficando assim salvaguardada a fiabilidade das categorias. Para além disto, foram assegurados os princípios de exclusividade e de exaustividade, no que concerne aos critérios de validade.

Por fim, leu-se o movimento social ATTAC à luz do quadro teoricamente derivado (vd. Anexo 3), dando origem aos resultados que vamos apresentar de seguida.

III. Apresentação e discussão de resultados

1. Apresentação de resultados

Depois de codificarmos toda a informação que constituiu o nosso *corpus* e inserirmos a mesma nas pré-categorias, categorias e subcategorias obtivemos uma grelha de análise de conteúdo temática, com disparidades na distribuição e quantidade de informação disposta em cada um dos locais de codificação. A quantidade de dados que cada uma destas zonas de codificação possui não significa que estas contenham muita informação sobre esse tema, pois os diferentes textos que analisámos podem possuir a mesma informação, logo a existência de uma grande quantidade de dados não significa uma grande diversidade.

1.1. Oportunidades políticas

Começamos por analisar a pré-categoria que diz respeito às oportunidades políticas. Nesta pré-categoria obteve-se uma quantidade elevada de dados nas categorias oportunidades (A.1.) e constrangimentos (A.2.), nas subcategorias referentes à categoria sistema político (A.3.) houve muita informação na subcategoria das modalidades de ação (A.3.4.), alguma na subcategoria aliados (A.3.1.), pouca na subcategoria respeitante aos adversários (A.3.2.) e não ocorreu codificação de informação na subcategoria sobre o público em geral (A.3.4.).

A interpretação, perceção e criação de oportunidades é um processo que encontramos patente no ATTAC. Codificamos então este tipo de informação na categoria das oportunidades que mostra como é que surgiu a sigla – “perguntei-lhe como tinha dado com o nome ATTAC, disse-me que tinha pensado num dos filmes do Robert Aldrich, intitulado Attack. Assim ele criou a sigla antes de saber o que iria significar, que é a melhor forma de fazê-lo” (Cassen, 2003, p.88). Entendemos assim como é que a criação do ATTAC foi perçecionada pelos seus fundadores e pelos leitores do *Le Monde Diplomatique*, para além disto e também percebemos o sucesso gerado pela ideia de criar este movimento - “O apelo foi lançado tal como uma garrafa ao mar, sem qualquer ideia de qual seria a reação. Mas mal se tinha publicado o artigo, começaram a chover telefonemas e cartas” (Cassen, 2003, p.88). “(...) não sabíamos muito bem que fazer. Tínhamos lançado uma ideia, mas nunca nos ocorreu que seríamos nós a criar o ATTAC” (Cassen, 2003, p.88). Nesta categoria

encontrámos também o momento em que foi percecionado um consenso entre todas as partes envolvidas na formação do ATTAC – “apercebendo-nos de que todas estas forças se ponham de acordo por uma linha de ação e por uma direção, proporcionaria equilíbrio e estabilidade ao ATTAC, criando assim um quadro que permitiria o desenvolvimento livre de movimentos mais pequenos no âmbito regional” (Cassen, 2003, p.90).

O movimento social ATTAC bate-se pela implementação da taxa de Tobin, os seus membros acreditam que este imposto pode ser estabelecido não só em Portugal, mas sim internacionalmente, uma vez que poderia – “arrecadar entre 50 mil e 300 mil milhões de dólares por ano. O que a Taxa Tobin tem de original, é que propõe obter recursos para serem logo distribuídos, em especial nos países menos desenvolvidos” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011), deste modo “o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima em 40 mil milhões de dólares anuais a quantidade de dinheiro necessário para a luta contra a desnutrição e resolver os problemas de saúde e educação do terceiro mundo” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

Para além de se preocupar com o meio exterior, este movimento social também procura entender como funciona o seu interior e de que forma as oportunidades existentes são utilizadas por si – “o que assistimos hoje em dia é a um movimento que, pela primeira vez, está adoptando as mesmas perspectivas, atingindo os mesmos objectivos e desenvolvendo-se em todo o mundo (...)” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011), procurando unir “lutas locais a objectivos globais. A história tem acelerado tão rapidamente nos últimos dez ou quinze anos que não há motivo para pensar que vá estabilizar agora” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011). Os ativistas do ATTAC olham para a situação contemporânea do planeta como sendo - “um tempo de esperanças, de renovação do activismo, do protesto e da mobilização social e cidadã, de procura de políticas públicas alternativas e de alternativas políticas aos novos e velhos Consensos de Washington” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

Apresenta-se também os obstáculos que o ATTAC enfrentou e enfrenta, quer na sua criação, desenvolvimento e interação com o meio político. O ATTAC é um movimento internacional constituído por comissões ou plataformas pelos quatro cantos do planeta, esta dispersão fez com que ocorressem fenómenos como o – “«entrismo», ou seja, grupos políticos organizados que entram nas comissões locais para tentar assumi-las. Até agora, nunca o conseguiram” (Cassen, 2003, p.90). Uma lacuna apresentada neste movimento

prende-se com o perfil geracional, que é fraco em termos de jovens – “obviamente, os partidos e os sindicatos têm o mesmo problema: não conseguem atrair a juventude (...) é uma cultura jovem que é difícil de capturar em qualquer forma de organização” (Cassen, 2003, p.93). “Nós vemos uma geração que vai de uma grande manifestação a outra – Génova, Barcelona, Florença – sem nunca se inserirem em atividades diárias da vida política, numa espécie de *zapping* político” (Cassen, 2003, p.93).

Um obstáculo que o ATTAC enfrenta relaciona-se com a globalização neoliberal. Estes afirmam que – “globalização neoliberal facilita o transporte de empresas e empregos para fora dos países, promovendo a competição global entre trabalhadores e por consequência a sua precarização” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Este tipo de globalização adotada pelos líderes mundiais - “cobre a fuga aos impostos através dos paraísos fiscais dando origem à competição entre os sistemas fiscais nacionais e por conseguinte a redução de serviços públicos” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Nesta linha de ideias o ATTAC identifica como grande constrangimento – “o domínio dos mercados financeiros sobre a sociedade” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Por fim realçamos a capacidade de obter recursos como um dos maiores embaraços à propagação do movimento e transmissão da sua mensagem - “o nosso problema é que os nossos recursos (...) ainda são muito pequenos para as influências que somos sujeitos, que são enormes” (Cassen, 2003, p.93).

Relativamente aos aliados foi-nos possível recolher informação que se divide em dois aspetos, os aliados que ajudaram na formação e consolidação do ATTAC e os aliados que atualmente partilham o meio político, interagem e auxiliam na sua ação. Relativamente ao primeiro aspeto temos – “os jornais envolvidos, para além do *Le Monde Diplomatique*, incluíam o semanário católico *Temoignage Chrétien*, *Transversales*, *Charlie Hebdo*, *Politis* e, mais tarde o *Alternatives Économiques*” (Cassen, 2003, p.89) e ainda – “a Confederação Campesina, os sindicatos da Administração Pública e movimentos sociais tais como *Droits Devant!* ou o movimento dos desempregados” (Cassen, 2003, p.90).

No que concerne ao segundo aspeto recolhemos os seguintes aliados: Adamastor, Amnistia Internacional Portugal, AMPLOS, APOIAR, Apoio à Vítima, Artistas e Públicos Indignados, Associação Abril, Associativismo e Democracia Participativa, Associação Comunitária, Associação Contra a Exclusão Pelo Desenvolvimento, Associação de Mulheres contra a Violência, Associação Para a Justiça e Paz, Caleidoscópio LGBT, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral, Casa do Brasil, Clube

SAFO, CooLabora, Colectivo Mumia Abu-Jamal, Comité de Solidariedade com a Palestina, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, Comité para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Fartos/as d'Estes Recibos Verdes, GAT, Grupo de Acção e Intervenção Ambiental, Hip Hop pela Paz, Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual, Khapaz, Marcha Mundial das Mulheres Portugal, Movimento 12 de Março, Não te Prives, Opus Gay, Panteras Rosa, Plataforma Anti-Guerra, Anti-NATO, Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, Positivo, Precários Inflexíveis, Portugal Uncut, Rede ex aequo, Redes Jovens para a Igualdade, Solidariedade Imigrante, SOS Racismo e UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

A informação sobre os adversários do ATTAC é relativamente pouca havendo apenas dados sobre o ATTAC Internacional. Estes dados mostraram-nos que – “os políticos franceses vivem numa profunda ignorância no que diz respeito às realidades da globalização. Muitos membros do ATTAC sabem mais coisas sobre a OMC que os nossos representantes parlamentares” (Cassen, 2003, p.92). Para além disso apenas pudemos recolher dados que apontam para George W. Bush como sendo contra os movimentos antiglobalização (Cassen, 2003).

As modalidades de ação do ATTAC são extensas. Nós recolhemos muitos dados nesta subcategoria. A primeira modalidade é a implementação da taxa Tobin - “desta forma, para efeitos de agitação, foi uma excelente arma. Mas, obviamente, nós nunca pensámos nem por um segundo que a taxa Tobin fosse a solução para a ditadura dos mercados financeiros. Era apenas um ponto de entrada para atacá-los” (Cassen, 2003, p.89). O ATTAC Portugal produz de dois em dois anos um programa de ação dos seus corpos sociais que descrever as modalidades de ação que este movimento procura desenvolver (vd. Anexo 2).

Recolhemos dados que apontam para a influência desenvolvida no meio político – “a nossa influência é considerável no âmbito da opinião pública em geral e encontra algum eco nos partidos políticos, inclusive de direita” (Cassen, 2003, p.102). O ATTAC pretende que a sua mensagem seja transmitida para os movimentos e para os cidadãos de todo o mundo – “as elites não se interessam muito em nós, mas os movimentos e os cidadãos sim. De qualquer forma é para o público internacional e não para o nacional a que nos dirigimos” (Cassen, 2003, p.102).

O ATTAC exige que haja “a recusa à socialização dos prejuízos e a privatização dos lucros; a adoção do princípio do especulador pagador” (retirado de <http://www.attac.org/en>)

consultado a 28/12/2011); que o sector bancário público e cooperativo seja fortalecido; “uma revisão do sistema monetário e financeiro mundial com uma reforma global das Nações Unidas; taxar todos os tipos de transferências financeiras incluindo transações de moeda corrente – uma taxa progressiva dos rendimentos capitais; encerramento dos paraísos fiscais” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011); e, o fim dos instrumentos que destabilizam e tornam insustentável o sistema financeiro. Desta forma acreditam que “a resposta a esta crise exige uma saída para o neoliberalismo e pôr termo à influência que a economia financeira possui sobre a sociedade” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011).

Para além de exigências, este movimento também apresenta alternativas, sendo elas: “uma coordenação da política económica europeia baseada no princípio democrático. Isto inclui também salário mínimo, e um padrão social mínimo por toda a Europa” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011); a introdução impostos na União Europeia “tais como a taxa de transações financeiras e harmonização fiscal até ao topo – em particular para taxas corporativas e de propriedade – através de uma melhor distribuição da riqueza” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011); o início de um processo de regulação dos mercados que vise “pôr termo à especulação do fim de alimentos através de derivados e um sistema bancário onde os bancos são grandes demais para falirem. Para evitar especulação na dívida pública, os governos deviam permitir os empréstimos diretos do Banco Central Europeu” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011); e, um financiamento público elevado nos ”transportes públicos, sistemas de energia renovável e segura, soberania alimentar, educação pública, atendimento público, saúde pública, etc. Estes investimentos criaram empregos, melhoram as condições de vida dos cidadãos Europeus e promovem a transição para uma Europa socialmente justa, ecologicamente saudável, economicamente sólida” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011).

O ATTAC é um movimento a favor da alter-globalização. Para os movimentos sociais que fazem frente a globalização neoliberal, o “acesso às necessidades básicas para todos e a emancipação da humanidade não pode ser provocada pela competição económica e pelos mercados livres, mas pode apenas resultar a partir de uma partilha solidária mundial e financiamento global para garantir estes direitos” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Estes também acreditam que a “preservação do nosso planeta não pode ser alcançada através de progresso tecnológico e a comercialização dos recursos naturais, mas que requiere uma redefinição radical do

desenvolvimento económico longe do produtivismo e consumismo” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011).

1.2. Mobilização de recursos

A segunda pré-categoria que elaborámos diz respeito à mobilização de recursos. Nesta codificaram-se alguns dados relevantes nas duas subcategorias que diziam respeito à participação (categoria B.1.), sendo que essas subcategorias compreendem os participantes (B.1.1.) e o recrutamento (B.1.2.). A segunda categoria, organização (B.2.), foi dividida em quatro subcategorias. A primeira é sobre o financiamento (B.2.1), da qual derivou pouca informação, a segunda aborda a divisão de tarefas (B.2.2.) onde alcançamos muitos dados, a terceira falava do modo de organização (B.2.3.), tendo sido codificada alguma informação pertinente e última, repertório (B.2.4.), resultou vários dados concretos sobre a forma de ação. Por fim na categoria sobre o sucesso político (B.3.) alcançaram-se poucos dados sobre este tema.

A participação nos movimentos sociais foi abordada por nós sob duas perspetivas, a informação relativa aos membros e simpatizantes e o recrutamento dos mesmos. No que concerne aos participantes foi-nos possível identificar as intenções dos criadores do ATTAC em aceitar “como membros as «pessoas jurídicas», como sindicatos, associações, empresas ou grupos” (Cassen, 2003, p.89) com o intuito de atribuir maior peso e credibilidade pública a este movimento. Depois de efetuarem alguns contactos e deixarem bem claro as suas intenções “a plataforma da associação ATTAC foi fundada em França em 3 de Junho de 1998, reunindo cidadãos, associações, sindicatos e jornais” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011). Cassen (2003, p.89) afirma que os “membros fundadores foram essencialmente pessoas jurídicas, ou seja pessoas coletivas – para além de pessoas como René Dumont, Manu Chao ou Gisèle Halimi, acrescentando um valor simbólico”, para além destes “*Raisons d’Agir* (também foi) um dos membros fundadores do ATTAC” (Cassen, 2003, p.89).

O recrutamento pode ser efetuado através de um “formulário de adesão” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011; retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011) que é preenchido pelos interessados e posteriormente os responsáveis do movimento contactam o mesmo. Para além desta informação sobre a adesão ao movimento recolhemos informação sobre o recrutamento inicial para o movimento - “o primeiro passo que dei foi reunir as organizações – não os

indivíduos – que tinham respondido ao nosso apelo. Esta foi uma decisão estratégica básica: construir o ATTAC a partir de estruturas existentes, quer sindicatos, associações cívicas, movimentos sociais ou jornais” (Cassen, 2003, p.89), depois do primeiro passo estar consumado deu-se o processo de adesão - “assim que a criação do ATTAC foi formalmente anunciada no El Diplo, as pessoas começaram a aderir” (Cassen, 2003, p.89).

O financiamento de um movimento social é um dos pontos-chave para o seu sucesso, mas não conseguimos recolher muita informação sobre este ponto. Contudo, sabemos que houve uma grande mobilização na formação do ATTAC – “a rapidez com que as diferentes organizações decidiram participar, incluído algumas comissões sindicais, geralmente muito lentas para arrancar, e pelo compromisso financeiro que acompanhou esta participação, que nos permitiu estabelecer um escritório e equipar um secretariado” (Cassen, 2003, p.89). A única forma de financiamento que conhecemos deste movimento social está associada ao pagamento de quotas por parte dos seus membros (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

A divisão de tarefas no ATTAC está bem assente. “A direção nacional – o comité executivo do ATTAC – estabelece o quadro político, faz as declarações públicas, anima as campanhas, etc.” (Cassen, 2003, p.90). No entanto dependem muito das suas plataformas – “se decidir organizar um dia de manifestações contra a OMC, não haverá adesão por parte dos associados dessas comissões sem que essas o pretendam. Neste sentido, constituem um pilar da organização” (Cassen, 2003, p.90) Desta forma existe uma dualidade de poder porque – “as comissões locais têm independência total de nós. Cada um tem um presidente, um secretário e um tesoureiro. Do mesmo modo que, nos temos total independência deles. Existe uma espécie de tensão dinâmica entre ambos os polos” (Cassen, 2003, p.90). Mais precisamente – “a direção nacional tem 30 membros, dos quais 18 são eleitos pelos 70 fundadores do ATTAC e 12 pelo conjunto dos 30.000 membros. A razão para esta estrutura deve-se ao facto dos próprios fundadores serem bastante distintos” (Cassen, 2003, p.90). No que concerne aos documentos emitidos pelo ATTAC existe “um comité científico com critérios muito exigentes que produz e comprova a exatidão” (Cassen, 2003, p.91) dos mesmos.

No ATTAC Portugal encontramos Corpos Sociais e estatutos do movimento que demonstram com precisão como funciona o movimento e como se processa a divisão das suas funções (vd. Anexos 4 e 1 respetivamente).

Como era expectável o ATTAC tem uma organização bem definida. Na altura da sua criação multiplicaram-se os esforços para construir este movimento com um modo

organizacional bem vincado – “a pressão exercida (pelos leitores) era tão grande que apercebemo-nos que não havia volta a dar, tínhamos que assumir a responsabilidade de fundar a associação, uma vez que havia uma exigência tão grande. Como tenho alguma experiência organizacional, fiquei incumbido desta tarefa” (Cassen, 2003, p.89). Depois de realizado este primeiro passo, e as instituições que iriam constituir o ATTAC terem sido contactadas, teria que haver consenso nas ações a desenvolver – “a seis semanas da nossa primeira sessão de trabalho em Março, as organizações envolvidas tinham chegado a um acordo sobre a constituição dos estatutos, o programa político e uma liderança provisória” (Cassen, 2003, p.89).

Em termos de organização ficou claro desde o início que “com a nossa estrutura nacional, o poder não está acessível para ser tomado, trata-se de uma estrutura à prova de assaltos. Era crucial deixar claro desde o princípio que este tipo de tática não funcionaria” (Cassen, 2003, p.90). O ATTAC “não foi concebido e nunca funcionou como uma organização de cartel, se assim fosse teria abandonado esta iniciativa” (Cassen, 2003, p.89).

O crescimento exponencial do ATTAC deu-se logo após a publicação da sua criação no *El Diplo*. Começaram a ser criadas comissões por toda a França, alastrando-se também pela Europa – “existem mais de 200 comissões locais por toda a França, constituídas como entidades jurídicas – ATTAC-Países Baixos, ATTAC-Touraine, ATTAC-Marselha, etc. – de pleno direito, com normas democráticas que impusemos em troca da utilização da sigla. Surgiram espontaneamente e de forma caótica” (Cassen, 2003, p.90). Fora da Europa o ATTAC desenvolveu-se um pouco por todo o lado “o ATTAC já nasceu no Québec, em Africa, na maior parte dos países latino-americanos e no Japão” (Cassen, 2003, p.90). Uma das situações que mais verificadas relaciona-se com a disparidade no número de membros – “de modo que é possível que uma (comissão) tenha 500 membros e outra apenas 50. Mas em breve será assinado um acordo entre cada uma dessas comissões e a associação nacional, que regulará as relações entre ambos” (Cassen, 2003, p.90).

Depreende-se que “a organização propagou-se rapidamente para o resto do mundo com uma rede ATTAC em redor de uma carta internacional estabelecida em 1999” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). “O ATTAC está hoje presente em cerca quatro dezenas de países, desde a Europa, à Austrália, África ou América Latina” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011). Em Portugal, “a ATTAC-Plataforma Portuguesa foi criada em 1999. Em Dezembro de

2002 realizou o seu primeiro Encontro Nacional, do qual saíram os estatutos e programa de ação” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

No que concerne ao repertório, os membros do ATTAC começaram por trabalhar na taxa de Tobin – “tratando-a como um terreno simbólico no qual questionamos o modo em que funcionam os mercados financeiros” (Cassen, 2003, p.89). Esta taxa foi usada como «bandeira» do movimento porque “Tobin era um economista consolidado, vencedor do Prémio Nobel da Economia, e também por ser norte-americano, a proposta tinha uma certa legitimidade inicial de forma automática, que servia para destacar a natureza escandalosa dos fluxos de especulação global hoje em dia” (Cassen, 2003, p.89). O “ATTAC propõe a Taxa Tobin, um imposto de apenas 0,5% sobre cada movimento dos capitais especulativos” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011).

O ATTAC desenvolve as suas ações de formas distintas através de: manifestações – “estamos dispostos a manifestarmos contra o BCE em Frankfurt para apoiá-lo” (Cassen, 2003, p.92); de ações de sensibilização e debates – “se visitar o sítio web do ATTAC qualquer que seja o dia, verá uma lista de dezenas de encontros, conferências e debates” (Cassen, 2003, p.91); e, através de manuscritos – “livros e folhetos que o ATTAC divulga” (Cassen, 2003, p.91). Desde a sua constituição, o ATTAC tem trabalhado nas áreas descritas anteriormente – “desde a Cimeira de Niza de Dezembro de 2000, o ATTAC tem organizado muitos workshops sobre o rumo da Europa. Temos elaborado documentos e temos manifestado em prol de outra visão de Europa” (Cassen, 2003, p.104), tentando sempre que possível influenciar nas decisões que dizem respeito à globalização e ao destino do planeta – “vamos certamente intervir no terreno da Constituição que está sendo preparada na convenção de Giscard em Bruxelas” (Cassen, 2003, p.104).

Nestes últimos dez anos o ATTAC tem desenvolvido a sua ação à escala mundial – “o ATTAC é um movimento internacional que trabalha para alternativas sociais, ambientais e democráticas no processo de globalização” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Nesta linha de ideias os seus ativistas opõem-se “à globalização neoliberal e desenvolvem alternativas sociais, ecológicas e democráticas como garante dos direitos fundamentais para todos” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Mais concretamente a sua luta é “para a regulação dos mercados financeiros, encerramento dos paraísos fiscais, introdução de taxas globais para financiar bens públicos, cancelamento da dívida dos países em desenvolvimentos, transações justas, e a implementação de limites para o comércio livre e fluxo de capitais” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Este

movimento social “foi uma das organizações que iniciou o primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre em 2001. Nos últimos 10 anos, tem participado em contra cimeiras e manifestações contra o G8, o G20, a WTO, e a guerra no Iraque” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Para além disto “também mobilizou-se, juntamente com o movimento alter-globalização, para exigir uma justiça climática na cimeira climática da ONU em Copenhaga” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011).

Todos os movimentos sociais procuram alcançar o sucesso nas suas iniciativas, em conformidade com este objetivo o ATTAC não se cinge ao crescimento - “em França, mas também se estendeu espontaneamente fora do país. Atualmente existem grupos ATTAC em todos os Estados membros da União Europeia e em alguns países que aderiram em 2004 como a Polónia e a Hungria” (Cassen, 2003, p.91). Este “crescimento tem sido especialmente forte nos países nórdicos, no qual constitui uma surpresa enorme para nós, pelas fortes tradições de comércio livre que existe nessa zona” (Cassen, 2003, p.91). O ATTAC teve uma propagação elevada na Dinamarca, Suécia, Noruega e Finlândia. “Na Alemanha, o ATTAC tem cerca de 10.000 membros e em Itália constitui o coração do movimento *non global*. Em 1999, convocamos a primeira reunião do ATTAC-Europa em Paris, uma reunião que, desde então desenvolveu uma rede permanente” (Cassen, 2003, p.91). Outro dos sucessos do ATTAC relaciona-se com a audiência que começa mostrar interesse nas suas ações e na sua mensagem – “maior parte do público era abertamente hostil, com certeza. Mas uma minoria sólida está começando a ouvir e fazer perguntas. Intelectualmente, no geral, ganhámos a partida, como podemos ver através dos títulos que se vendem nas livrarias francesas” (Cassen, 2003, p.103).

Diversas iniciativas deste movimento têm arrecado sucesso mediático, um exemplo disso é a organização do Fórum Social Mundial – “Porto Alegre resultou num êxito colossal do ponto de vista da publicidade internacional” (Cassen, 2003, p.96), outro dos seus êxitos são as ações de formação, colóquios e debates que desenvolvem – “esta é uma das razões do elevado grau de credibilidade que desfruta o ATTAC nos meios de comunicação e com os políticos” (Cassen, 2003, p.91). Outro exemplo disso foi a Conferência de Seattle – “Em 1999, O ATTAC esteve presente em Seattle durante as manifestações que conduziram ao fracasso das negociações da WTO” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011).

1.3. Processo de enquadramento cultural

Nesta pré-categoria, pretendíamos analisar, genericamente, o contexto em que o movimento se encontra inserido. A categoria referente à natureza cultural (C.1.) foi o campo com mais informação nesta análise, tendo como objetivo perceber o contexto e a sua importância para o movimento. A categoria seguinte dizia respeito à componente ideológica (C.2.), nesta também encontramos bastantes dados referentes ao posicionamento ideológico do ATTAC. Na terceira e última categoria, dimensão emocional (C.3.), procuramos perceber a importância da emotividade para a participação no movimento social, desta forma as duas subcategorias em que esta se dividia compreendiam o sentimento de injustiça (C.3.1.), sem qualquer informação codificada, e a importância da ação (C.3.2.) com pouca informação.

O meio em que o movimento se insere e as características do mesmo são propícias a moldar o movimento e a condicionar ou potenciar as suas ações. No que concerne ao contexto mundial, o ATTAC surgiu em 1998, depois da crise financeira no México (1994), da crise asiática (1997) e durante a crise russa (1998), estas crises são “atribuídas a manobras dos capitais especulativos – ATTAC nasceu para evitar que tais capitais pudessem circular de um lado para o outro do planeta pondo em risco economias nacionais e, portanto, a economia global” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011). Os ativistas do ATTAC creem que “actualmente, estamos no meio da maior crise económica desde 1929. Este falhanço, como todos os outros anteriores, tem uma solução: o fim da economia de casino e do poder absoluto dos mercados financeiros” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

Para explicar a influência do contexto na criação do ATTAC em França, obtivemos dois conjuntos de dados importantes: tradição política e Europa. No que concerne à tradição política é necessário “recordar o peso da divisão histórica entre a direita e a esquerda na vida francesa, que é praticamente inerente à nossa tradição política. Trata-se de categorias que se mantêm vivas mesmo depois dos seus conteúdos terem decaído ou desaparecido” (Cassen, 2003, p.101). Consequentemente “há sempre um sector da opinião pública para o qual um mau governo de esquerda é sempre preferível a um bom governo de direita. Pode ver o reflexo disto em qualquer eleição municipal ou legislativa em França” (Cassen, 2003, pp.101-102). Para além disto, “ocorreu uma mudança entusiástica dos sociais-democratas, dando origem a governos de esquerda obcecados na desregulamentação e privatização, parecendo governos de direita” (Cassen, 2003, p.102).

Esta situação é explicada parcialmente pela pressão exercida a favor da “liberalização que veio da União Europeia, a qual os sociais-democratas eram muito mais favoráveis do que os conservadores. Em França, tal como admitiu como franqueza Alain Touraine, houve um período longo no qual não se podia pronunciar a palavra «liberal»” (Cassen, 2003, p.102). De forma a contornar esta situação foi encontrada “uma substituta para ela: «Europa». Em nome da Europa podia-se fazer coisas que de outro modo nunca seriam aceites. Neste sentido, a Europa constituiu o cavalo de Troia do neoliberalismo em França” (Cassen, 2003, p.102). Isto “pode ser visto claramente na presidência de Mitterrand. Em 1998, depois de ser reeleito presidente entrou em vigor a primeira diretiva europeia sobre a livre circulação de capitais no seio da EU” (Cassen, 2003, p.102). Esta diretiva “tinha sido aprovada por Balladur, como ministro da Economia e Finanças, durante coabitação com o governo anterior. Mas agora o Partido Socialista estava de novo no poder e (...) Mitterrand preferiu deliberadamente uma Europa neoliberal do que não haver Europa” (Cassen, 2003, p.102).

No que diz respeito aos debates sobre a Europa, “em França não ocorre nada semelhante, regista-se uma divisão entre, por um lado a maioria social-democrata e o equivalente local *democristianos* e, pelo outro lado, os gaulistas e os comunistas” (Cassen, 2003, p.103). Ocorre assim uma divisão estrutural que terminou “com a Comunidade Europeia de Defesa em 1954 e que tem persistido até aos dias de hoje. Os defensores da Europa nunca contaram com uma maioria estável e por isso, nunca quiseram que a Europa fosse discutida abertamente” (Cassen, 2003, pp.103-104). “Tinham medo de que qualquer debate em concreto e detalhado pudesse dar armas aos seus adversários e, por este motivo, sempre o evitaram” (Cassen, 2003, p.104).

Como os defensores da Europa estavam sempre na defensiva – “apenas houve discussão pública sobre a Europa, em França, até aos finais da década de 1980. Logo, em 1992, Mitterrand decidiu fazer um referendo sobre o tratado de Maastricht. Houve um enorme aluvião político e da comunicação social a favor” (Cassen, 2003, p.104). Mas, “49% dos que votaram rejeitaram o tratado. De modo que se conseguiu aprovar, por milagre. (...) Isto explica o porquê de nenhum dos tratados seguintes – o de Niza e semelhantes – foram submetidos a referendo. As possibilidades de perder eram demasiado elevadas (Cassen, 2003, p.104). Por consequência não havia “qualquer debate sobre a Europa em França porque os pró-europeus viam-se como uma fortaleza assediada e não queriam colocar no ar assuntos que poderiam pôr a descoberto certas divisões entre eles ou ajudar os seus adversários” (Cassen, 2003, p.104).

Em Portugal, o ATTAC realizou em 2011 eleições para o mandato bianual dos seus Corpos Sociais, “num momento de dramático agravamento dos problemas e das desigualdades sociais, de crise económica e financeira motivada por um capitalismo desregulado e sem freio, comandado pelo capital financeiro e especulativo” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011), situação esta que «suga» a economia real, invade e subordina a esfera humana utilizando “a crise como argumento para o assalto neoliberal aos direitos sociais e ao Estado Social, para a inteira captura do poder político e para subordinar a União Europeia ao comando dos seus interesses” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011). De acordo os membros do ATTAC esta situação está visível em Portugal, “imolado com outros países e economias periféricas no altar do directório das grandes potências e dos mercados financeiros também por via de uma governação fiel serventuária das receitas neoliberais do FMI e de Merkel & C^a” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011), servindo os grandes interesses económicos e financeiros.

A ideia de criar o ATTAC “nasceu em Dezembro de 1997 proveniente de um editorial de Ignacio Ramonet: Desarmar os mercados financeiros, publicado em *Le Monde Diplomatique*” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011). Nesse editorial Ramonet referia que: “(o) desarme do poder financeiro deve converter-se num objectivo de interesse cívico de primeira grandeza se se quiser impedir que o mundo do próximo século se transforme numa selva onde os predadores impõem a sua lei” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011); alertava também para a urgência de “deitar alguns grãos de areia na engrenagem nestes movimentos devastadores de capitais. De três formas: supressão dos «paraísos fiscais», aumento da fiscalidade sobre as rendas do capital e aplicação de taxas sobre as transacções financeiras” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011); e no fim desse mesmo editorial lançou o mote para a criação à escala planetária de uma “a organização não-governamental Acção por uma taxa Tobin de ajuda aos cidadãos (ATTAC)?” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011), que “em coordenação com sindicatos e associações com finalidades culturais, sociais e ecológicas, poderia funcionar como um formidável grupo cívico de pressão face aos governos para levá-los a reclamar finalmente a colocação em marcha deste imposto mundial pela solidariedade” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

O movimento social estudado foi lançado através do suplemento mensal, *Le Monde Diplomatique*, sendo este “dotado de uma linha radical contra o imperialismo, o

neoliberalismo e a privatização” (Cassen, 2003, p.94). Este jornal era um suplemento do *Le Monde*, que já possuía uma audiência considerável, o que ajudou na propagação do suplemento e, por conseguinte, do editorial que originou o ATTAC (Cassen, 2003). Este suplemento tornou-se independente do *Le Monde*, fator que proporcionou uma maior liberdade para a impressão de determinadas matérias mais sensacionalistas e radicais.

Os movimentos sociais, na sua maioria, possuem uma ideologia que serve de sustento para efetivarem a ação que costumam empregar. Os membros do ATTAC intitulam-se “um movimento de educação popular orientado para a ação” (Cassen, 2003, p.91), isto porque a noção de educação popular é antiga em França, remontando ao século XIX, contudo no século XX muitas das organizações que tinham essa ideologia estavam a sofrer uma crise de identidade (Cassen, 2003), “mas a ideia continuava forte, e o ATTAC tomou-a e adaptou-a às condicionantes da globalização” (Cassen, 2003, p.91). O pretendido por estes é – “que os militantes tenham que estar bem informados, equipados intelectualmente para a ação. Não queremos que se apresentem nas manifestações sem saber realmente porque o fazem” (Cassen, 2003, p.91). A principal função “é, em primeira instância – embora não seja a última – educar” (Cassen, 2003, p.91).

O ATTAC demarca-se das instâncias políticas, mas não se apresenta como força contrária às mesmas – “o ATTAC era uma associação, não um partido e que mantinha a distância das forças políticas organizadas, mas não estando contra elas” (Cassen, 2003, p.97). Outra situação que definiu a ideologia e, por consequência, promoveu a luta do ATTAC relaciona-se com uma conceção de Europa pós Segunda Guerra Mundial do antigo presidente francês, Mitterrand, que influenciou todos os partidos franceses, mesmo os comunistas – “(o) *Le Monde Diplomatique* e o ATTAC desenvolveram uma crítica coerente sobre o assunto, com argumentos que se cristalizaram numa estrutura ativa de educação e ação, dentro de um contexto internacional em que tiveram uma verdadeira ressonância” (Cassen, 2003, p.102). Segundo Cassen (2003, p.102), o objetivo principal é “descontaminar a mente das pessoas. Encheram-nos a cabeça com o neoliberalismo, o seu vírus está nas nossas células cerebrais e precisamos de desintoxicá-las. Temos que ser capazes de voltar a pensar livremente, o que significa que acreditamos que alguma coisa pode ser feita”. O autor ainda reforça a ideia dizendo que “o que reina atualmente é a convicção de que, politicamente falando, não se pode fazer nada. Daí o nosso *slogan* «Um outro mundo é possível», que significa qualquer coisa como uma revolução cultural” (Cassen, 2003, pp.102-103). Cassen (2003) finaliza, dizendo que as pessoas não estão condenadas ao neoliberalismo e que existem outras formas de vida e de organizar a

sociedade atual, por isso a tarefa do ATTAC “consiste em persuadir o número máximo de pessoas da viabilidade de tais alternativas e preparar o terreno para uma hegemonia Gramsciana que permitirá levar a cabo um outro tipo de políticas” (Cassen, 2003, p.103).

“O ATTAC é uma organização internacional envolvida no movimento para a alter-globalização” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011), devido a esta orientação, o seu conjunto de ideais está intimamente associado ao tema da globalização. A sua principal crença, a introdução da taxa de Tobin, tem como objetivo “tributar os movimentos de capitais especulativos com um imposto e desencorajar a especulação” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011). Os ativistas do ATTAC defendem que a especulação que acontece no mercado financeiro gera biliões de dólares por ano, e que esta especulação destrói as economias dos países provocando assim crises como a atual (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

Na generalidade dos movimentos sociais, é importante que a ação desenvolvida surta efeito ou ajude a encontrar uma possível solução para o problema – “Estamos todos empenhados no ATTAC À CRISE” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

O “ATTAC Portugal, fiel à matriz fundadora desta rede internacional, tem redobrado espaço e condições para crescer, levantar voo e assumir-se como um espaço alargado de intervenção cívica e política não partidário e inteiramente autónomo, onde muitos cidadãos, de diferentes percursos, gerações e sensibilidades, podem juntar forças e vontades para somar ao protesto e ao activismo social, a partilha e difusão de conhecimento crítico e a reflexão e debate produtores de ideias para engendrar alternativas e respostas de progresso aos desafios e interrogações da nossa época” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011).

2. Discussão dos resultados

Os resultados apresentados espelham, em grande parte, aquelas que eram as nossas expectativas em relação ao movimento social ATTAC. O modelo teórico utilizado deu resposta à grande maioria das nossas questões, como podemos comprovar com a informação codificada nas diferentes categorias. Porém, é importante referir que obtivemos duas subcategorias sem quaisquer dados e três com pouca informação. O modelo teórico que utilizámos para explicar os movimentos sociais é composto pelas três teorias que

serviram de base para a criação das pré-categorias do nosso quadro categorial. Visto que este quadro derivou desse modelo teórico, é possível que a elaboração das categorias não tenha a correspondência de toda a informação recolhida.

Em termos teóricos, o modelo explana as características base, que facilmente se enquadrariam no movimento social. O que verificámos anteriormente é que duas subcategorias não obtiveram dados e três apresentavam pouca informação. Desta situação advém duas possibilidades. A primeira refere-se ao facto de os movimentos sociais, na prática, não darem tanta importância às características que, na teoria, são consideradas importantes, conseguindo funcionar mesmo com a ausência destas. A segunda possibilidade relaciona-se com a adequação do modelo utilizado, onde expomos a hipótese de este não ser o modelo mais ajustado para este estudo, uma vez que existem mais teorias que podem ser mais acertadas para um trabalho desta natureza.

Contudo, cremos que a primeira seja a mais correta uma vez que, codificada toda a informação que compôs o nosso *corpus*, deparámo-nos com a referida ausência, ou então pouca informação, logo o que podemos interpretar é que o ATTAC não atribui tanta importância a essas características, conseguindo funcionar sem as mesmas. Ou então, que não pretende revelar, para o exterior, os dados que possivelmente codificaríamos nessas subcategorias. Ressalvamos, no entanto, a possibilidade de essas subcategorias serem submetidas a uma revisão tendo em vista um próximo estudo sobre esta temática.

IV. Conclusão

A realização da cimeira da NATO em Portugal serviu de rampa de lançamento para a elaboração deste trabalho. Assim propusemo-nos a abordar a temática dos movimentos sociais, especificando o ATTAC Portugal. Desta forma, pretendeu-se habilitar a polícia de um conhecimento mais profundo sobre os movimentos sociais, em especial o ATTAC, de modo a que esta informação sirva para esta adequar a sua atuação perante os membros deste movimento.

A revisão bibliográfica efetuada serviu-nos de base para perceber como é que funcionam os movimentos sociais. Assim, com base no modelo teórico que obtivemos da pesquisa desenvolvida, percebemos qual a importância de cada uma das três teorias e que preponderância consubstanciam na abordagem aos movimentos sociais. Deste modo, agregando o enquadramento teórico com os resultados obtidos, que considerámos interessantes e satisfatórios, pudemos fortalecer ainda mais este estudo. Utilizando a definição que desenvolvemos sobre os movimentos sociais, conseguimos enquadrar o ATTAC na mesma, uma vez que os pontos principais apontados identificam-se facilmente neste movimento social, conseguindo também caracterizá-lo.

No que concerne à teoria das oportunidades políticas foi-nos possível perceber como é que estas se relacionam e como dependem do poder político que existe na sua esfera de ação. A criação, interpretação e perceção de oportunidades constitui um momento importante que precede qualquer acionamento de recursos. Não menos importantes são as oportunidades que dão origem aos movimentos, sendo elas também criadas, interpretadas ou percecionadas. No que diz respeito ao movimento social estudado, conseguimos apresentar exemplos dessas oportunidades. O ATTAC aproveita as manifestações que alguns sindicatos ou movimentos sociais realizam para mobilizar os seus membros e desta forma efetivar o seu protesto. Outro fator que também demonstrámos, associa-se ao tipo de obstáculos a que estão sujeitos na interação com o meio político. Este movimento não consegue «intrrometer-se» com facilidade em assuntos políticos, visto que não tem grande peso político. Para além disto, apresentámos alguns dos aliados que este movimento social possui ou possuiu e identificámos, também, diversas modalidades de ação desenvolvidas, sendo que a principal «bandeira» do ATTAC foi, e continua a ser, a implementação da taxa Tobin. Não obstante este facto é desenvolvido um programa de ação vigente durante um biénio (vd. Anexo 2).

A mobilização de recursos pode ocorrer em qualquer contexto sem que haja uma ação planeada, destacando-se a importância das relações com a família ou amigos para esta mobilização. É relevante a distinção entre uma OMS e o movimento social propriamente dito, isto porque a OMS corresponde ao cérebro e à espinha dorsal da maioria dos movimentos, tomando as decisões no seio do movimento. Estas decisões passam também por definir que tipo de ligações, formais ou informais, devem ser assumidas com outros movimentos, instituições, associações, entre outras.

O ATTAC tem uma estrutura e uma hierarquia bem definidas, as suas decisões estão centralizadas no topo da hierarquia sendo emanadas posteriormente para os seus membros e simpatizantes, constata-se que existe uma organização formal e uma informal. A sua forma de atuação é abrangente, normalmente desenvolve-se através de debates, colóquios e conferências, mas como não podia deixar de ser também se manifestam através de protestos políticos. Constatámos que este movimento social mobiliza assiduamente os seus recursos para eventos relacionados com a globalização. Uma das ações mais comuns prende-se com a entrega de panfletos com, por exemplo, informações relativas à situação atual do país e medidas que deviam ser tomadas. O recrutamento individual é efetuado através de um formulário de inscrição no sítio da internet, contudo os membros do ATTAC tentam recrutar algumas organizações, aumentando significativamente o seu número de ativistas e fortalecendo as ligações com outros atores da vida política e social. O financiamento deste movimento não é conhecido, para além do pagamento de quotas, pelo que julgamos que esta situação é propositada, ocorrendo um financiamento informal.

A última teoria serve principalmente para definir o contexto em que o movimento se insere. Por conseguinte, o processo de enquadramento cultural é responsável por mostrar de que forma o meio envolvente ao movimento constrói e molda a sua identidade, condiciona as suas ações e lapida as características que definem o movimento.

No ATTAC observámos que o contexto histórico foi preponderante para potenciar a sua criação. De importância semelhante foi a conjuntura social em França, onde um editorial, da autoria de Ignacio Ramonet, despoletou a atenção do público do *Le Monde Diplomatique*, culminando na criação do ATTAC. Relativamente ao processo de enquadramento cultural do ATTAC em Portugal, os fatores mais relevantes que conseguimos recolher prendem-se com a sua ideologia, sendo que estes se intitulam como “um movimento de educação popular orientado para a ação” (Cassen, 2003, p.91). Procuram manter os seus membros e o seu público bem informados e lutam para a descontaminação das mentes, isto porque acreditam que as pessoas estão contaminadas pelo

neoliberalismo. Para além disto, cremos que o ATTAC pretende que todos os seus ativistas estejam à altura de qualquer debate, conseguindo apresentar de forma credível as suas ideias, as justificações para as ações que desenvolvem e a ideologia que defendem. Segundo Cassen (2003), o ativista do ATTAC enquadra-se, normalmente, nas classes média-baixa, média e média-alta, a maioria são funcionários públicos, havendo uma percentagem significativa de professores e estudantes.

No início do trabalho, foi nossa pretensão fazer um estudo que pudesse ajudar a polícia a lidar com os movimentos sociais. Para dar cumprimento a este objetivo, reservámos um ponto no enquadramento teórico sobre a interação desta com os movimentos. Esta interação ocorre normalmente durante o protesto, mas algumas polícias procuram, conforme o tipo de manifestação e os seus intervenientes, dialogar com os responsáveis pelas manifestações ou pelos movimentos, com vista a prevenção de qualquer situação que seja ilícita e que provoque alteração da ordem e tranquilidade pública. Esta opção procura induzir uma responsabilidade acrescida aos promotores das manifestações, os quais devem «policar» os membros do seu movimento e, deste modo a polícia garante o usufruto deste direito que lhes assiste de forma mais segura.

O ATTAC em Portugal não apresenta quaisquer incidentes com a polícia, logo o diálogo com os seus responsáveis, e aproveitando que este movimento se autointitula um movimento que promove a educação, resultaria numa mais-valia quer para a polícia, quer para o próprio movimento. Contactar os membros deste movimento não se mostra difícil, uma vez que disponibilizam no seu sítio da internet a morada da sua sede e a lista com os Corpos Sociais (vd. Anexo 4). Para além disto consegue-se, com relativa facilidade, comunicar com estes nos debates, colóquios e ações de formação que realizam.

Não obstante estes contactos com os manifestantes, inferimos que a polícia deve apostar na recolha de informação, que esteja relacionada com o evento ou com o(s) movimento(s), que seja útil para a sua atuação e também que sirva para prevenir uma possível alteração com os cidadãos envolvidos. Esta informação deve ser o mais precisa possível e deve privilegiar todos os meios de difusão de informação, quer os que estão ao seu dispor quer os que são utilizados pelos movimentos sociais.

De entre a revisão bibliográfica que efetuámos conseguiu-se identificar dificuldades que os polícias sentem no policiamento das manifestações, sendo que estas dificuldades tendem a aumentar quando os protestos se tornam violentos. Algumas destas contrariedades que nós apresentámos, vividas pelos elementos policiais, podem ser tidas

em conta para melhorar a formação destes, uma vez que são um dos fatores responsáveis pelo insucesso de alguns policiamentos neste tipo de evento.

Por fim, indicámos algumas situações que podem levar ao aumento da probabilidade de conflitos entre os manifestantes e a polícia. O contexto social é um fator muito importante. A situação económica em que o país se encontra, diretrizes políticas que afetem a vida dos cidadãos, conflitos anteriores de manifestantes com a polícia, entre outros, são aspetos que podem condicionar a atuação da polícia perante uma manifestação. Para além disto, importa referir que a comunicação social possui um grande poder de persuasão e de «orientação» dos pensamentos e conclusões a que chegam os seus leitores, telespectadores, ou ouvintes, sendo por vezes uma influência negativa para a atuação policial.

Reconhecemos as limitações inerentes a este estudo, mas esperamos que sirva de ponto de partida para outras investigações que possam contribuir para o melhor entendimento deste fenómeno. Seria interessante elaborar outros estudos sobre diferentes movimentos sociais, de forma a reunir uma informação mais detalhada sobre os atores do protesto político em Portugal, com o intuito de aumentar o conhecimento da polícia, perspetivando a sua atuação perante estes.

Referências bibliográficas

Livros

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bessa, A. M. (2002). *Elites e movimentos sociais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e métodos*. Porto: Porto Editora.

Boudon, R. (1995). *Tratado de sociologia*. Porto: Edições ASA.

Chazel, F. (Dir.) (1995). Movimentos sociais. In R. Boudon (Dir.), *Tratado de sociologia* (pp.259-306). Porto: Edições ASA.

Dalton, R. J. (2006). *Citizen politics: Public opinion and political parties in advanced industrial democracies* (4ªed.). Washington DC: CQ Press.

della Porta, D. (1996). Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.62-92). Cambridge: Cambridge University Press.

della Porta, D., & Diani, M. (1999). *Social movements: An introduction*. Oxford: Blackwell Publishing.

della Porta, D., & Tarrow, S. (Eds.) (2005). *Transnational protest and global activism*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). Entering the field of qualitative research. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp.361-376). Thousand Oaks, CA: Sage.

Diani, M., & Eyerman, R. (1992). *Studying collective action*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Gamson, W. A. (1990). *The strategy of social protest*. Belmont, CA: Wadsworth. Dorsey Press.

Gamson, W. A., & Meyer, D. S. (1996) Framing political opportunity. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.275-290). Cambridge: Cambridge University Press.

Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O inquérito: Teoria e prática* (4ªed.) Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2009). *Sociologia* (7ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Giugni, M., McAdam, D., & Tilly, C. (Eds.) (1999). *How social movements matter*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Goffman, E. (1974). *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Boston: Northeastern University Press.

Klandermans, B., & Jenkins, J. C. (Eds.) (1995). *The politics of social protest: Comparative perspectives on states and social movements*. London: University College London.

Kriesi, H. (1996). The organizational structure of new social movements in a political context. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.152-184). Cambridge: Cambridge University Press.

Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

McAdam, D. (1982). *Political process and the development of black insurgency, 1930-1970*. Chicago: University of Chicago Press.

McAdam, D. (1996). Conceptual origins, current problems, future directions. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.23-40). Cambridge: Cambridge University Press.

McAdam, D. (1996). The framing of movement tactics: Strategic dramaturgy in the American civil rights movement. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.338-356). Cambridge: Cambridge University Press.

McAdam, D., Tarrow S., & Tilly C. (Eds.) (2004). *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press.

McAdam, D., McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (Eds.) (1996). *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge: Cambridge University Press.

McCarthy, J. D. (1996). Constraints and opportunities in adopting, adapting, and inventing. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.141-151). Cambridge: Cambridge University Press.

McCarthy, J. D., Smith, J., & Zald, M. N. (1996). Accessing public, media, electoral, and governmental agendas. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.291-311). Cambridge: Cambridge University Press.

Melluci, A. (1996). *Challenging codes: Collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press.

Newburn, T. (Ed.) (2003). *Handbook of policing*. Cullompton: Willan Publishing.

Oberschall, A. (2010). Conflict theory. In K. T. Leicht, & J. C. Jenkins (Eds.), *Handbooks of sociology and social research* (pp.177-193). London: Springer New York Dordrecht Heidelberg.

Oliveira, J. F. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal* (1.^a ed.). Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Raposo, J. (2006). *Direito policial I*. Coimbra: Almedina.

Reiner, R. (2003) Policing and the media. In T. Newburn (Ed.), *Handbook of policing*. (pp.259-281). Cullompton: Willan Publishing.

Rucht, D. (1996). The impact of national contexts on social movement structures: A cross-movement and cross-national comparison. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.185-204). Cambridge: Cambridge University Press.

Rucht, D. (s.d.) *Social movements challenging neo-liberal globalisation*. (pp.1-14) Berlin: Social Science Research Center.

Tarrow, S. (1983). *Struggling to reform: Social movements and policy change during cycles of protest*. Ithaca, NY: Cornell University Press.

Tarrow, S. (1996). States and opportunities: The political structuring of social movements. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.41-61). Cambridge: Cambridge University Press.

Tarrow, S. (1997). *Social movement society*. Boulder, CO: Rowman & Littlefield Publishers.

Tarrow, S. (2006). *The new transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tilly, C., & Wood, L. J. (2009). *Social movements: 1768-2008* (2^aed.). London: Paradigm Publishers.

Tobin, J. (1981). *Money and finance in the macro-economic process* (pp.12-47). New Haven, CT: Yale University.

Vala, J. (1990) A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das ciências sociais* (pp.101-128). Porto: Edições Afrontamento.

Waddington, D. P. (2007). *Policing public disorder: Theory and practice*. Cullompton: Willan Publishing.

Waddington, P. A. J. (2003) Policing public order and political contention. In T. Newburn (Ed.), *Handbook of policing* (pp.394-421). Cullompton: Willan Publishing.

Zald, M. N. (1996). Culture, ideology, and strategic framing. In D. McAdam, J. D. McCarthy, & M. N. Zald (Eds.), *Comparative perspectives on social movements: Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings* (pp.261-274). Cambridge: Cambridge University Press.

Teses, dissertações, trabalhos de projeto

Clemente, P. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da seguridade pública* (Vol. I). Tese de Doutoramento, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Oliveira, J. F. (2002). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento* (Vol. I). Dissertação de Mestrado, não publicada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Pais, L. G. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre personalidade como analisadores*. Tese de doutoramento, não publicada. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Artigos científicos

- Beck, C. J. (2008). The contribution of social movement theory to understanding terrorism. *Sociology Compass* 2 (5), 1565-1581.
- Benford, R. D., & Snow, D. A. (2000). Framing processes and social movements: An overview and assessment. *Annual Reviews Sociology*, 26, 611-639.
- Bernstein, M. (2005). Identity politics. *Annual Reviews Sociology*, 31, 47-74.
- Cassen, B. (January/February 2003). ATTAC al ataque. *New Left Review*, 88-106.
- Edmonds-Cady, C. (June 2009). Getting to the grassroots: Feminist standpoints within the welfare rights movement. *Journal of Sociology & Social Welfare*, 36 (2), 11-33.
- Jenkins, J. C., & Perrow, C. (1977). Insurgency of the powerless: Farm worker movements (1946-1972). *American Sociological Review*, 42, 249-68.
- Lakens, D., & Stel, M. (2011). If they move in sync, they must feel in sync: Movement synchrony leads to attributions of rapport and entitativity. *Social Cognition*, 29 (1), 1-14.
- Louis, W. R. (2009). Collective action: and then what?. *Journal of Social Issues*, 65 (4), 727-748.
- Marks, G., & McAdam, D. (April 1996) Social movements and the changing structure of political opportunity in the European Union. *West European Politics*, 19 (2), 249-278.
- Marri, A. R., & Walker, E. N. (2008). “Our leaders are us”: Youth activism in social movements project. *Urban Review*, 40, 5-20.
- Mars, M. M. (September 2009). Student entrepreneurs as agents of organizational change and social transformation: A grassroots leadership perspective. *Journal of Change Management*, 9 (3), 339-357.

McCarthy, J. D., & Zald, M. N. (1977). Resource mobilization and social movements: A partial theory. *The American Journal of Sociology*, 82 (6), 1212-1214.

Meyer, D. S. (February 2004). Protest and political opportunity. *Annual Reviews Sociology*, 30, 125-145.

Meyer, D. S., & Minkoff, D. C. (June 2004). Conceptualizing political opportunity. *Social Forces*, 82 (4), 1457-1492.

Polleta, F., & Jasper, J. M. (2001). Collective identity and social movements. *Annual Reviews Sociology*, 27, 283-305.

Simon, B., Trotschel, R., & Dahne, D. (2008). Identity affirmation and social movement support. *European Journal of Social Psychology*, 38, 935-46.

Snow, D. A., Rochford, E. B., Worden, S. K., & Benford, R. D. (August, 1986). Frame alignment processes, micromobilization, and movements participation. *American Sociological Review*, 51 (4), 464-481.

Sturmer, S., & Simon, B. (2009). Pathways to collective protest: Calculation, identification, or emotion? A critical analysis of the role of group-based anger in social movement participation. *The Society for the Psychological Study of Social Issues*, 65 (4), 681-705.

Taylor, V. (1989). Social movement continuity: The women's movement in abeyance. *American Sociological Review*, 54 (5), 761-775.

van Stekenlenburg, J., Klandermans, B., & van Dijk, W. W. (2009). Context matters: Explaining how and why mobilizing context influences motivational dynamics. *Journal of Social Issues*, 65 (4), 815-838.

Zackariasson, M. (2009). Angry young men? Masculinities and emotion among young male activists in the global justice movement. *The Journal of Men's Studies*, 17 (1), 31-46.

Sítios da Internet

<http://attacportugal.webnode.com> (consultado a 11/02/2012)

<http://psp.pt> (consultado a 10/02/2012)

<http://www.attac.org/en> (consultado a 28/12/2011)

<http://www.portugal.attac.org/attac.html> (consultado a 11/12/2011)

<http://www.attac.org/en/whatisattac/international-platform> (consultado a 20/12/2011)

<http://www.newleftreview.org/> (consultado a 20/12/2011)

<http://mondediplo.com/> (consultado a 22/12/2011)

<http://www.amnesty.org/en/library/asset/EUR30/012/2001/en/7c6433ec-d8b3-11dd-ad8c-f3d4445c118e/eur300122001en.html> (consultado a 23/12/2011)

Diplomas legais e jurisprudência

Lei n.º 1/2005, 12 de Agosto. *Diário da República*, n.º155, Série I-A (Lei Constitucional).

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto. *Diário da República*, n.º168, Série I (Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública).

ANEXOS

ANEXO 1. Estatutos

Artigo 1º

Natureza e Sede

1. A ATTAC – Plataforma Portuguesa: Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos, adiante designada ATTAC, é uma associação sem fins lucrativos, com um número ilimitado de associados, capital indeterminado e duração indefinida.
2. A Associação tem sede social na Rua do Paraíso, 1, Freguesia de S. Vicente de Fora, concelho de Lisboa.

Artigo 2º

Fins

A ATTAC – Plataforma Portuguesa: Associação para a Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos tem como fim promover e realizar todo o tipo de acção para a reconquista, pelos cidadãos, do poder que a esfera financeira exerce sobre todos os aspectos da vida política, económica, social e cultural do mundo, de entre estes meios figura a taxaçaõ das transacções sobre os mercados de câmbio (taxa Tobin).

Artigo 3º

Tipos de Associados

1. Os associados podem ser efectivos, beneméritos ou honorários.
2. São associados efectivos as pessoas individuais ou colectivas que usufruam os direitos que a ATTAC confere, mediante o pagamento das quotizações regularmente devidas.
3. São associados beneméritos as pessoas individuais que, por serviços ou dádivas importantes, sejam como tal considerados, por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.
4. São associados honorários as pessoas individuais que, por serviços relevantes prestados no âmbito dos fins prosseguidos pela ATTAC, mereçam essa distinção, por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção.

Artigo 4º

Condições de Admissão

1. Podem ser associados efectivos todos os indivíduos que se encontrem de acordo com os presentes estatutos.
2. Podem ainda ser associados efectivos as pessoas colectivas que se encontrem de acordo com os presentes estatutos.
3. Não podem ser associados da ATTAC os partidos políticos, as organizações que defendam interesses económicos do capital ou as organizações de carácter religioso.
4. O pedido de admissão deve ser apresentado à Direcção pelo candidato, ou seu representante legal, em impresso próprio, sob proposta de um associado em pleno exercício dos seus direitos.
5. A admissão ou rejeição deverá ser deliberada no prazo máximo de um mês. A respectiva comunicação deverá ser feita ao proponente nos quinze dias seguintes.
6. Da rejeição poderá haver recurso para a Assembleia Geral seguinte, a interpor no prazo de quinze dias a contar da data de receção da comunicação.
7. Os associados beneméritos e os associados honorários não têm os direitos nem os deveres dos associados efectivos.

Artigo 5º

Órgãos Sociais

1. Os órgãos sociais da ATTAC são a Assembleia Geral, Direcção e Conselho Fiscal.
2. Os mandatos dos titulares dos órgãos da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal são de dois anos.
3. Os titulares dos órgãos sociais só poderão fazer parte do mesmo órgão por mais de duas vezes consecutivas com o consentimento da Assembleia Geral.
4. O consentimento previsto no número anterior só é válido se for deliberado com os votos a favor de, pelo menos, dois terços dos sócios presentes.

Artigo 6º

Organização

1. A ATTAC pode criar estruturas organizativas de âmbito territorial, temático ou de projecto.
2. O Conselho Científico é criado por deliberação da Direcção.
3. O Conselho Consultivo dos Associados Colectivos é composto por todos os sócios colectivos e reúne obrigatoriamente uma vez por ano.

4. A Assembleia Geral ou a Direcção poderão constituir grupos de trabalho ou comissões especiais, de duração limitada, para desempenharem tarefas específicas.

Artigo 7º

Composição da Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é composta por quatro membros: um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários.

Artigo 8º

Competências da Assembleia Geral

Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições dos outros órgãos e, em especial:

1. Definir as orientações fundamentais de actuação da ATTAC e zelar pelo cumprimento da Lei, dos Estatutos e dos Regulamentos.
2. Eleger e destituir, por voto secreto, os membros dos órgãos sociais da ATTAC.
3. Discutir e votar o relatório e contas do exercício e o plano de actividades e orçamento.
4. Deliberar sobre qualquer alteração dos Estatutos e dos Regulamentos.
5. Deliberar sobre a cisão, fusão, integração ou dissolução da ATTAC.
6. Fixar o montante das quotizações.
7. Deliberar sobre a concessão da qualidade de associado benemérito ou honorário.
8. Aprovar a adesão da ATTAC a outros organismos.
9. Deliberar sobre a obtenção de empréstimos de montante superior a 2.500 euros.

Artigo 9º

Reuniões da Assembleia Geral

1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
2. A Assembleia reunirá ordinariamente:
 - 2.1. No final de cada mandato, para a eleição dos corpos sociais.
 - 2.2. Até 31 de Março de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas do exercício anterior.
 - 2.3. Até 31 de Dezembro de cada ano, para apreciação e votação do plano de actividades e orçamento do ano seguinte.
3. A Assembleia reunirá extraordinariamente, sob convocação do Presidente da Mesa, a pedido da Direcção, do Conselho Fiscal ou a requerimento de pelo menos cinco por cento

dos associados, não podendo este número ser inferior a dez associados no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

4. A reunião da Assembleia Geral convocada a requerimento dos associados só poderá realizar-se se estiverem presentes, pelo menos, três quartos dos requerentes.

Artigo 10º

Quorum

1. A Assembleia Geral só poderá reunir à hora marcada, com a presença da maioria dos associados ou, uma hora depois, com qualquer número de presenças.

2. A Assembleia convocada para a dissolução da ATTAC só poderá funcionar estando presentes ou representados três quartos de todos os associados no pleno gozo dos seus direitos estatutários.

3. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria simples dos votos, cabendo ao Presidente da Mesa voto de qualidade no caso de empate.

4. As deliberações relativas à alteração dos Estatutos e Regulamentos, só serão válidas se aprovadas por três quartos dos associados presentes na reunião.

5. As deliberações relativas à integração, desvinculação ou adesão a Federações e Uniões só serão válidas se merecerem a aprovação de dois terços dos associados presentes na Assembleia Geral convocada para o efeito.

6. Todas as votações que envolvam o nome de pessoas serão efectuadas por escrutínio secreto.

Artigo 11º

Composição da Direcção

1. A Direcção é composta por um mínimo de 11 e um máximo de 17 elementos.

2. Independentemente do disposto no número anterior, a Direcção tem de ser composta por um número ímpar de membros.

Artigo 12º

Competências da Direcção

Compete à Direcção administrar a ATTAC e, designadamente:

1. Deliberar sobre a efectivação dos direitos dos associados.
2. Deliberar sobre a admissão dos associados efectivos e propor a admissão dos associados beneméritos ou honorários.
3. Elaborar anualmente o Relatório e Contas do Exercício, bem como o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte.
4. Assegurar a organização e o funcionamento dos serviços e gerir os recursos humanos.
5. Representar a ATTAC em Juízo ou fora dele.
6. Zelar pelo cumprimento da Lei, Estatutos, Regulamentos e deliberações da Assembleia Geral.
7. Assinar quaisquer contratos, cheques e demais documentos necessários à administração da ATTAC, constituir e movimentar contas bancárias da ATTAC, negociar ou contratar nos termos legais quaisquer empréstimos ou financiamentos com estabelecimentos de crédito, departamentos do Estado ou particulares, aceitar doações ou legados.
8. Aprovar o regulamento de funcionamento deste órgão.

Artigo 13º

Primeira Reunião da Direcção

Na primeira reunião, após a tomada de posse, a Direcção deliberará a qual ou a quais dos seus membros será atribuída a competência para:

1. Representar a ATTAC.
2. Superintender e coordenar os serviços dependentes da Direcção.
3. Convocar e presidir às reuniões da Direcção.
4. Rubricar os livros de actas e assinar os respectivos termos de abertura e encerramento.

Artigo 14º

Competências dos Membros da Direcção

Compete aos membros da Direcção exercerem as funções específicas previstas na Lei, bem como outras que a Direcção e a Assembleia Geral resolvam atribuir-lhes.

Artigo 15º

Reuniões da Direcção

1. As reuniões ordinárias da Direcção terão, no mínimo, periodicidade bimestral.

2. A Direcção reunirá extraordinariamente sempre que o membro competente, nos termos do nº 3 do art. 16º a convoque, ou a pedido da maioria dos seus membros efectivos.
3. A Direcção só poderá tomar deliberações com a presença de mais de metade dos seus efectivos.

Artigo 16º

Responsabilização

A ATTAC fica obrigada pelas assinaturas conjuntas de dois membros da Direcção, designados para o efeito, salvo quanto aos actos de mero expediente, em que bastará a assinatura de um membro da Direcção.

Artigo 17º

Composição do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é constituído por três membros, um Presidente, um Vogal e um Relator.

Artigo 18º

Competências do Conselho Fiscal

Compete ao Conselho Fiscal inspecionar e verificar os actos de administração dos órgãos da ATTAC e, em especial:

1. Examinar a escrituração e os documentos.
2. Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, plano de actividades e orçamento, bem como sobre quaisquer assuntos que os órgãos associativos submetam à sua apreciação.
3. Assistir às sessões da Direcção sempre que o julgue conveniente, mas sem direito a voto.

Artigo 19º

Excedentes do Exercício

Os excedentes gerados em cada exercício não poderão nunca ser distribuídos pelos associados.

Artigo 20º

Dissolução, Liquidação e Partilha

Em matéria de dissolução, liquidação e partilha, observar-se-ão as disposições legais em vigor.

Artigo 21º

Regulamento Interno

1. A Assembleia Geral aprovará um regulamento interno que poderá desenvolver os presentes estatutos, bem como inovar nos aspectos julgados necessários, desde que de acordo com a Lei.
2. O Regulamento Interno contém obrigatoriamente as regras disciplinares aplicáveis aos associados.

Artigo 22º

Casos Omissos

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas pela interpretação das disposições dos presentes Estatutos serão resolvidas em reunião conjunta da Mesa da Assembleia Geral e da Direcção ou por deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 23º

Entrada em vigor

Os presentes Estatutos entram em vigor no dia seguinte ao da escritura pública da constituição da ATTAC.

Retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado em 13-12-2011

ANEXO 2. Programa de ação

Programa de acção dos Corpos Sociais da ATTAC Portugal Biénio 2011-2013

A ATTAC Portugal realiza eleições para um novo mandato dos seus Corpos Sociais num momento de dramático agravamento dos problemas e das desigualdades sociais, de crise económica e financeira motivada por um capitalismo desregulado e sem freio, comandado pelo capital financeiro e especulativo, que vampiriza a economia real, pretende invadir e subordinar todas as esferas da vida humana e utiliza a crise como argumento para o assalto neoliberal aos direitos sociais e ao Estado Social, para a inteira captura do poder político e para subordinar a União Europeia ao comando dos seus interesses. Este estado de coisas está bem evidente em Portugal, imolado com outros países e economias periféricas no altar do directório das grandes potências e dos mercados financeiros também por via de uma governação fiel serventúria das receitas neoliberais do FMI e de Merkel & C^a e capturada pelos grandes interesses económicos e financeiros.

Todavia, este é também um tempo de esperanças, de renovação do activismo, do protesto e da mobilização social e cidadã, de procura de políticas públicas alternativas e de alternativas políticas aos novos e velhos Consensos de Washington que nas três últimas décadas têm vindo a dismantelar os direitos sociais e laborais, a criar pobreza e a acentuar desigualdades, incertezas e precariedades, a agravar o assalto e o abuso dos recursos naturais, a liquidar o controlo público dos recursos e a provisão pública de serviços essenciais, matérias em que assentou o compromisso social das democracias liberais nas décadas seguintes à segunda guerra mundial.

É, pois, um tempo em que a ATTAC Portugal, fiel à matriz fundadora desta rede internacional, tem redobrado espaço e condições para crescer, levantar voo e assumir-se como um espaço alargado de intervenção cívica e política não partidário e inteiramente autónomo, onde muitos cidadãos, de diferentes percursos, gerações e sensibilidades, podem juntar forças e vontades para somar ao protesto e ao activismo social, a partilha e difusão de conhecimento crítico e a reflexão e debate produtores de ideias para engendrar alternativas e respostas de progresso aos desafios e interrogações da nossa época.

1. São direcções prioritárias da actividade e das iniciativas da ATTAC Portugal:

- Desarmar e controlar os mercados financeiros e subordiná-los às necessidades de desenvolvimento humano e da economia real: prosseguir o combate pela aplicação de uma taxa sobre as transacções financeiras à escala da UE e à escala mundial, pela eliminação dos paraísos fiscais, pela proibição de produtos financeiros de carácter especulativo e tóxico, pela criação de uma agência de notação pública, pela alteração das funções do BCE de modo a incorporar no seu objecto as finalidades de promoção do emprego e da coesão social europeia, pela criação de títulos de dívida pública europeia;

- Lutar pela sustentabilidade e defesa do Estado Social e do modelo social europeu, integrando como componentes fundamentais critérios de universalidade, de solidariedade intergeracional e de uma mais justa redistribuição da riqueza e dos rendimentos, e a responsabilização do Estado, através de serviços públicos qualificados, pela garantia a todos os cidadãos do direito à saúde, à educação, à protecção no desemprego, na doença e na reforma;

- Combater a deriva neoliberal e de submissão aos mercados financeiros da União Europeia que a está a destruir e lutar por um outro caminho para a construção e integração europeias, que assegure aos cidadãos e aos povos um papel efectivo na sua direcção, que garanta mais democracia e que combine de facto o aprofundamento da união política, da solidariedade política e da coesão social com o processo de integração económica e financeira;

- Apoiar e participar na mobilização cidadã pela paz e pelos direitos humanos;

- Promover o debate e a construção de modelos alternativos de políticas públicas que respeitem as responsabilidades intergeracionais no domínio da protecção do ambiente, da gestão dos recursos naturais, contra lógicas produtivistas e consumistas que não têm em conta critérios de bem-estar e de qualidade de vida presentes e futuros.

2. A ATTAC Portugal procurará contribuir para a realização destes objectivos através dos seguintes meios, linhas de trabalho e iniciativas:

- Investir mais esforços na participação e ligação da ATTAC Portugal à rede internacional da ATTAC, na participação nas campanhas e iniciativas conjuntas (como a Academia das ATTAC na Alemanha, em Agosto), e no desenvolvimento de iniciativas comuns com outras ATTAC, dando especial atenção às relações com a ATTAC Espanha;

- Acompanhar e procurar participar no movimento altermundialista e na reflexão em curso sobre os Fóruns Sociais europeu e mundial;
- Desenvolver iniciativas próprias de difusão, debate e partilha de conhecimento - designadamente Cursos, Seminários, Colóquios e publicações – nomeadamente sobre a construção europeia e a moeda única, a dívida soberana e o capitalismo português;
- Constituir o Conselho Científico da ATTAC Portugal como núcleo importante para um novo patamar de produção e divulgação de reflexão própria, aproveitando as condições propiciadas pelas redes informais de cooperação e reflexão com investigadores sociais diversos que têm vindo a ser desenvolvidas aproveitando iniciativas realizadas;
- Promover e participar em redes de cooperação e projectos conjuntos com outras associações e movimentos, tendo em conta quer a afinidade dos sujeitos colectivos quer a partilha de objectivos;
- Prosseguir e desenvolver mais a participação da ATTAC na Internet e nas redes sociais e a utilização dos meios electrónicos de comunicação e debate, aproveitando o impulso positivo da presença da ATTAC na Web nos últimos anos;
- Dinamizar a organização e estruturação da ATTAC, aumentando o número de associados e envolvendo-os na vida da Associação, reconstituindo núcleos regionais, (com prioridade para Porto e Lisboa) e aproveitando melhor a Sede inaugurada no mandato que agora finda;
- Melhorar os aspectos organizativos, como a actualização de ficheiros e a cobrança generalizada das quotas anuais dos associados;
- Assegurar um funcionamento responsável e regular da Direcção e dos demais Corpos Sociais, com uma distribuição de trabalho e responsabilidades que procure envolver a participação de todos;
- Investir fortemente na abertura da ATTAC ao activismo interessado em utilizar a nossa associação como plataforma de iniciativas e projectos que estejam em conformidade com o nosso ideário e objectivos. Promover a participação e intervenção dos associados e apoiantes da ATTAC, assegurando regras de funcionamento baseadas no respeito pela

pluralidade de opiniões, pela liberdade de acção dos seus activistas e pela conformidade com os princípios e objectivos da associação. Trabalhar para a constituição de núcleos e grupos de trabalho, designadamente em Lisboa e no Porto, abertos aos membros da ATTAC e a outros cidadãos que connosco queiram trabalhar.

Participa no ATTAC À CRISE!

Retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado em 13-12-2011

ANEXO 3. Quadro categorial

Pré-categoria A. - Oportunidades Políticas – Codifica-se a informação respeitante à importância dos fatores políticos exógenos para o movimento social e a interação destes com esse meio.

Categoria A.1. - Oportunidades – Nesta categoria codifica-se a informação que diz respeito à interpretação, perceção e criação de possibilidades de êxito do movimento social [exemplo – “Apercebendo-nos de que todas estas forças se ponham de acordo por uma linha de ação e por uma direção, proporcionaria equilíbrio e estabilidade ao ATTAC, criando assim um quadro que permitiria o desenvolvimento livre de movimentos mais pequenos no âmbito regional” (Cassen, 2003, p.90)].

Categoria A.2. - Constrangimentos – Codifica-se nesta categoria a informação relativa aos obstáculos que o movimento social enfrenta [exemplo – “O nosso problema é que os nossos recursos – os recursos humanos à nossa disposição – ainda são muito pequenos para as influencias que somos sujeitos, que são enormes” (Cassen, 2003, p.93)].

Categoria A.3. - Sistema político – Insere-se a informação respeitante à envolvimento do movimento no meio político.

Subcategoria A.3.1. – Aliados – Introduz-se nesta subcategoria informação relativa às alianças entre movimentos sociais e outros atores da vida política [exemplo - “Os jornais envolvidos, para além do Le Monde Diplomatique, incluíam o semanário católico Temoignage Chrétien, Transversales, Charlie Hebdo, Politis e, mais tarde o Alternatives Économiques, uma publicação mensal de boa qualidade com uma orientação ligeira social-democrata” (Cassen, 2003, p.89)].

Subcategoria A.3.2. – Adversários – Codifica-se nesta subcategoria a informação que diz respeito aos opositores do movimento [exemplo - “No geral evidentemente, os políticos franceses vivem numa profunda ignorância no que diz respeito às realidades da globalização. Muitos membros do ATTAC sabem mais coisas sobre a OMC que os nossos representantes parlamentares” (Cassen, 2003, p.92)].

Subcategoria A.3.3. – Público em geral – Insere-se a informação que diz respeito à interpretação que a sociedade faz da mensagem do movimento [não obteve qualquer informação].

Subcategoria A.3.4. – Modalidades de ação – Codifica-se a informação respeitante ao modo como o movimento desenvolve a sua ação (junto do meio político) [exemplo – “Estamos tentando procurar formas de conseguir através de organizações membros que intervêm diretamente sobre os problemas de vulnerabilidade social, para poder direcionarmos de forma mais efetiva para aqueles que são as primeiras vítimas da globalização neoliberal” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011)].

Pré-categoria B. - Mobilização de Recursos – Nesta pré-categoria insere-se a informação que demonstra a importância de uma estrutura que utilize eficazmente os meios disponíveis.

Categoria B.1. - Participação – Codifica-se nesta categoria a informação que concerne ao tipo de participantes e ao seu recrutamento.

Subcategoria B.1.1. – Participantes – Nesta subcategoria apresenta-se a informação que caracteriza os membros do grupo e simpatizantes [exemplo - “Os seus membros fundadores foram essencialmente pessoas jurídicas, ou seja pessoas coletivas – para além de pessoas como René Dumont, Manu Chao ou Gisèle Halimi, acrescentando um valor simbólico” (Cassen, 2003, p.89)].

Subcategoria B.1.2. – Recrutamento – Codifica-se a informação relativa aos métodos utilizados pelo grupo para alargar a sua base de apoio (militantes e simpatizantes) [exemplo - “O primeiro passo que dei foi reunir as organizações – não os indivíduos – que tinham respondido ao nosso apelo. Esta foi uma decisão estratégica básica: construir o ATTAC a partir de estruturas existentes, quer sindicatos, associações cívicas, movimentos sociais ou jornais” (Cassen, 2003, p.89)].

Categoria B.2. - Organização – Esta categoria engloba a informação respeitante a toda estrutura do movimento social e o seu funcionamento.

Subcategoria B.2.1. – Financiamento – Insere-se a informação sobre os processos de financiamento do grupo (donativos, alienação, prestação de serviços, atividades criminosas, atividades recreativas / culturais, etc.) [exemplo – “(...) pelo compromisso financeiro que acompanhou esta participação, que nos permitiu estabelecer um escritório e equipar um secretariado” (Cassen, 2003, p.89)].

Subcategoria B.2.2. – Divisão de tarefas (quem manda vs. quem trabalha) – Nesta subcategoria encontra-se a informação sobre a estrutura hierárquica do movimento [exemplo - A direção nacional – o comité executivo do ATTAC – estabelece o quadro político, faz as declarações públicas, anima as campanhas, etc.” (Cassen, 2003, p.90)].

Subcategoria B.2.3. – Modo – Encontra-se nesta subcategoria a informação sobre a maneira como o movimento se encontra organizado (tipo de estrutura e ramificações) [exemplo - A organização propagou-se rapidamente para o resto do mundo com uma rede ATTAC em redor de uma carta internacional estabelecida em 1999. Hoje, a associação está ativa nuns 40 países, com mais de mil grupos locais e centenas de organizações que suportam a rede” (retirado de <http://www.attac.org/en> consultado a 28/12/2011)].

Subcategoria B.2.4. – Repertório – Codifica-se a informação que define a forma de ação do movimento social [exemplo – “Se visitar o sítio web do ATTAC qualquer que seja o dia, verá uma lista de dezenas de encontros, conferências e debates” (Cassen, 2003, p.91)].

Categoria B.3. - Sucesso político – Nesta categoria encontra-se a informação que demonstra a importância dos resultados e a sua concretização para o crescimento do movimento social [exemplo – “Esta é uma das razões do elevado grau de credibilidade que desfruta o ATTAC nos meios de comunicação e com os políticos” (Cassen, 2003, p.91)].

Pré-categoria C. - Processo de Enquadramento Cultural – Nesta pré-categoria insere-se a informação sobre a preponderância do contexto para o movimento social.

Categoria C.1. - Natureza cultural – Codifica-se a informação que diz respeito ao contexto e à sua importância para a definição das características do movimento social (ambiente, significados, preocupações que motivam os ativistas, arena onde se desenvolve a ação coletiva) [exemplo - “actualmente, estamos no meio da maior crise económica desde 1929. Este falhanço, como todos os outros anteriores, tem uma solução: o fim da economia de casino e do poder absoluto dos mercados financeiros” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011)].

Categoria C.2. - Componente ideológica – Nesta categoria insere-se a informação relativa ao posicionamento ideológico do grupo (conjunto de normas, valores, crenças, que regem a vida em sociedade, conjunto de ideias através das quais um grupo social percebe o mundo) [exemplo – “Expliquei-lhes que o ATTAC era uma associação, não um partido e que mantinha a distância das forças políticas organizadas, mas não estando contra elas” (Cassen, 2003, p.97)].

Categoria C.3. - Dimensão emocional – Nesta categoria introduz-se a informação que abarca a preponderância da emotividade para a participação do movimento social.

Subcategoria C.3.1. – Sentimento de injustiça – Insere-se informação sobre a importância que as pessoas atribuem às iniquidades a que são sujeitas, para participarem no movimento social [não obteve qualquer informação].

Subcategoria C.3.2. – Importância da ação – Esta subcategoria compreende a informação relativa à percepção de que a ação pode solucionar o problema [exemplo – “Estamos todos empenhados no ATTAC À CRISE” (retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado a 11/12/2011)].

ANEXO 4. Corpos Sociais

Corpos Sociais 2011-2013

Mesa da Assembleia Geral

Presidente - António Avelãs

Vice-presidente - Sara Rocha

Primeiro Secretário - Mariana Avelãs

Segundo Secretário - João Ricardo Vasconcelos

Conselho Fiscal

Presidente - Helena Dias

Relator - João Lourenço

Relator - Rosa Félix

Direcção

(Membros efectivos)

Ana Bastos

Bernardino Aranda

Bruno Carapinha

Bruno Simão

David Ávila

Florival Lança

Frederico Pinheiro

Isabel Tadeu

João Almeida

Luís Bernardo

Mário Tomé

Nuno Fonseca

Nuno Ramos de Almeida

Paulo Coimbra

Sérgio Manso Pinheiro

Retirado de <http://attacportugal.webnode.com> consultado em 15-12-2011